





unimadeiras
A FLORESTA É A NOSSA VIDA

A photograph of a forest. In the foreground, a large, dark tree trunk is visible, extending from the bottom left towards the center. The background is filled with a dense canopy of green leaves, creating a textured, layered appearance. The lighting is soft, suggesting a shaded forest environment.

A FLORESTA É A NOSSA VIDA

MENSAGEM DA ADMINISTRAÇÃO

Caro Acionista da Unimadeiras:

Os resultados do exercício de 2016 da Unimadeiras demonstram, claramente, o efeito da assertividade da Administração no desenvolvimento da sua estratégia de mercado assente em valores fundacionais de transparência, ética de trabalho, satisfação dos clientes, trabalho em equipa e melhoria contínua, antecipando as necessidades das partes envolvidas, diversificando o leque de produtos e serviços e consolidando as vertentes mais distintivas da organização, como a segurança de escoamento de madeira aos fornecedores e a garantia de fornecimento permanente de madeira aos clientes.

Em 2016, ainda num contexto desafiante de grande competitividade, a Unimadeiras sublinha a resiliência da sua política de trabalho e atinge um registo histórico da rentabilidade das vendas.

Numa conjuntura de mercado vincada pela diminuição generalizada das vendas - efeito direto das tendências de mercado a nível nacional e internacional - o resultado líquido do período regista uma evolução favorável.

Neste enquadramento positivo, e com a responsabilidade acrescida de sermos uma empresa líder de mercado, a cada ano renovamos a confiança dos clientes e fornecedores e cimentamos a posição da empresa no setor florestal.

A Unimadeiras continua a afirmar-se, pois, como o maior fornecedor de madeira de valor acrescentado e num inequívoco participante e contribuidor ativo da construção de uma floresta sustentável, rentável e certificada, gerida de acordo com as boas práticas florestais e trabalhada por profissionais aptos e conscientes das suas responsabilidades.

Como súpula destas constantes, no final de cada exercício têm vindo a evidenciar-se o bom desempenho financeiro e uma performance muito satisfatória da empresa, num setor competitivo, exigente e em constante transformação.

Os desafios estratégicos que nos aguardam no futuro passam mormente pela afirmação dos valores que nos alicerçam e pelo reconhecimento da nossa capacidade de gestão, promovendo e exercendo um trabalho de proficiência, parceiro inequívoco da plena adaptação da empresa às exigências mais prementes do mercado atual.

Cordiais saudações.

O Conselho de Administração da Unimadeiras.

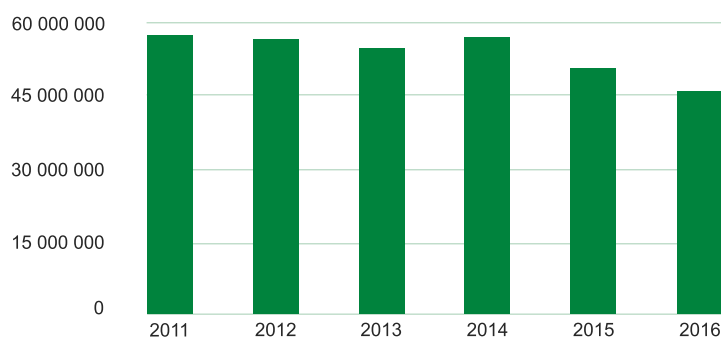
1 / ANÁLISE COMERCIAL

1.1 VENDAS

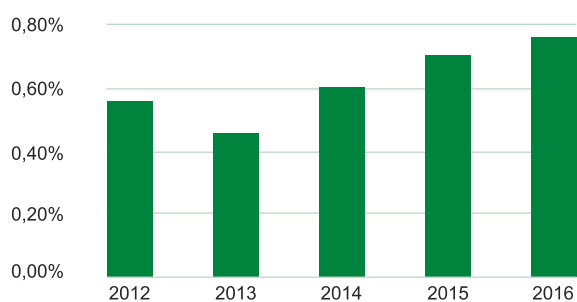
O ano 2016 fica marcado por alguma instabilidade no mercado do setor e pelo aumento de 45,7% do número de fornecedores que registaram prejuízos com fogos florestais, fatores que, com maior ou menor expressividade, influenciaram os resultados do período.

Numa análise da evolução da rentabilidade das vendas (referente ao lucro obtido por cada unidade monetária vendida) verifica-se a continuidade de um desempenho muito positivo ao longo dos últimos anos.

EVOLUÇÃO DAS VENDAS
(valores em euros)

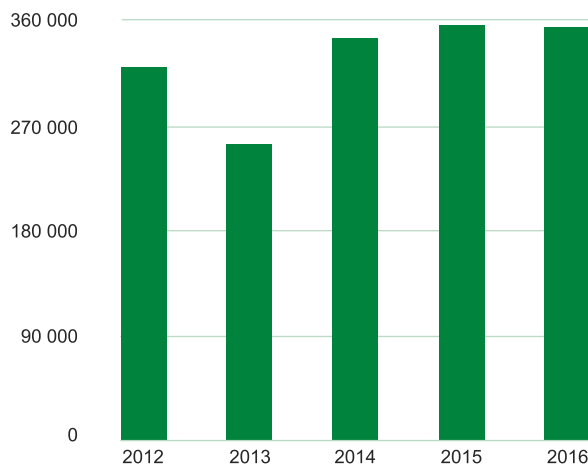


EVOLUÇÃO DA RENTABILIDADE DAS VENDAS
(valores em percentagem)



Em 2016, o resultado líquido do período atingiu 355.413 milhares de euros, um valor que, apesar de ligeiramente inferior ao ano transato, é considerado muito satisfatório face às condicionantes de mercado no exercício em análise.

EVOLUÇÃO DO RESULTADO LÍQUIDO DO PERÍODO
(valores em euros)



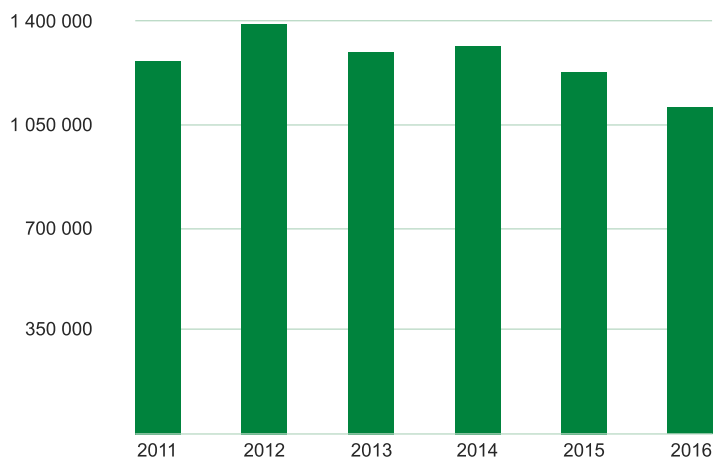
1.2 FORNECIMENTOS

Num contexto de alguma retração no volume de stock de madeira dos nossos fornecedores - fator que perdura há já 2 anos - solidificou-se a tendência de diminuição da oferta disponível ao longo do ano.

Em consequência disto, e de acordo com as perspetivas da Administração para 2016, confirmou-se uma ligeira queda dos fornecimentos aos clientes.

No entanto, analisando a conjuntura de instabilidade do mercado em 2016, em particular a manutenção em queda do preço da madeira e o aumento significativo de área florestal ardida, o volume de fornecimentos ultrapassou as expectativas para o período.

EVOLUÇÃO DO FORNECIMENTO TOTAL DE MADEIRA
(valores em unidades)



Apesar do substancial aumento de madeira certificada fornecida a clientes nos últimos anos, a maior parte ainda corresponde a madeira controlada, não certificada.

// 1.3 INVESTIMENTOS

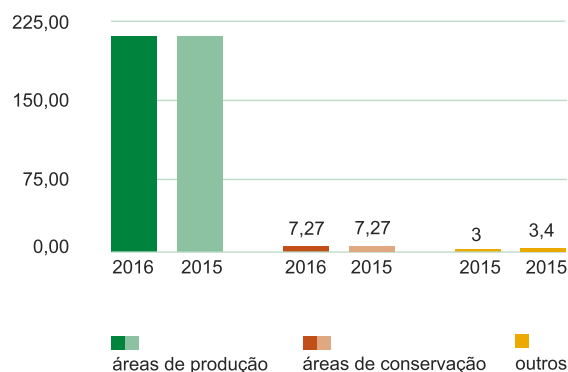
A Unimadeiras prossegue a sua política de aposta no investimento, sobretudo em novas propriedades florestais, fundamentalmente para a produção de rolaria e para o reforço da quota de área de conservação, que se pretende rondar os 10% da área florestal total.

Atualmente com a totalidade de área florestal certificada pelas normas de gestão florestal do FSC e do PEFC, em 2016 concluiu-se mais um ciclo de investimentos que, embora inferior aos dos anos anteriores, reflete as necessidades da Unimadeiras e uma seleção cada dia mais criteriosa das ofertas em carteira.

Assim, no final de 2016 a Unimadeiras apresentava um património florestal certificado de cerca de 227 hectares.

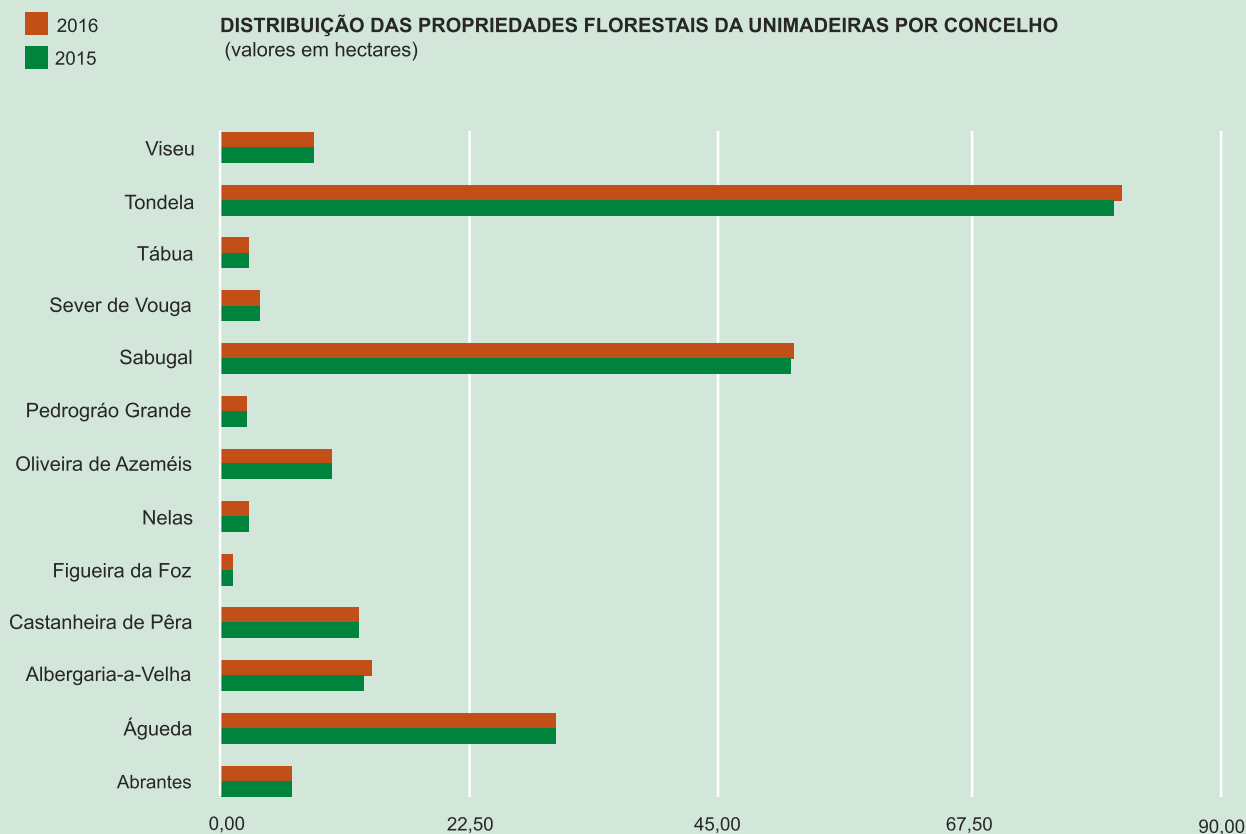
Relativamente ao objetivo das propriedades florestais, sobressai claramente a função produtiva de cerca de 90 % da área.

OBJETIVO DAS PROPRIEDADES DA UNIMADEIRAS
(valores em hectares)

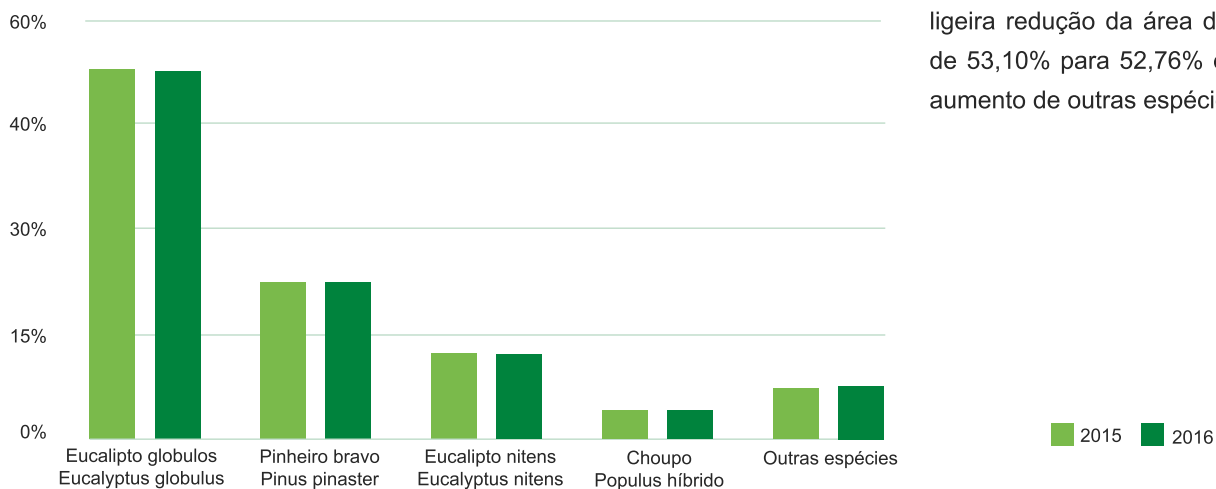


Registou-se a aquisições de novas propriedades nos concelhos de Albergaria-a-Velha e Tondela. Atualmente, as propriedades florestais da Unimadeiras dividem-se pelos seguintes concelhos:

DISTRIBUIÇÃO DAS PROPRIEDADES FLORESTAIS DA UNIMADEIRAS POR CONCELHO
(valores em hectares)



OCUPAÇÃO DO SOLO
(valores em percentagem)



Relativamente à ocupação do solo destas propriedades, apurou-se uma ligeira redução da área de eucalipto, de 53,10% para 52,76% e um ligeiro aumento de outras espécies.

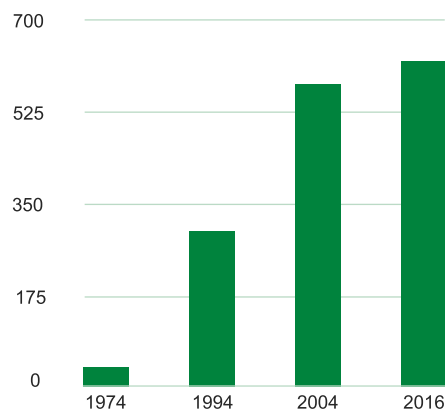
1.4 EVOLUÇÃO DA ESTRUTURA ACIONISTA

O capital social da Unimadeiras - 2 milhões de euros - encontra-se totalmente realizado (400.000 ações ordinárias nominativas com valor nominal de 5 euros cada), verificando-se a seguinte evolução do número de acionistas desde a data da fundação da empresa.

A estrutura acionista mantém, na sua essência, as suas características iniciais.

No entanto, a posição de destaque da Unimadeiras no setor e a sua performance financeira têm vindo a atrair, progressivamente, um maior número de produtores florestais.

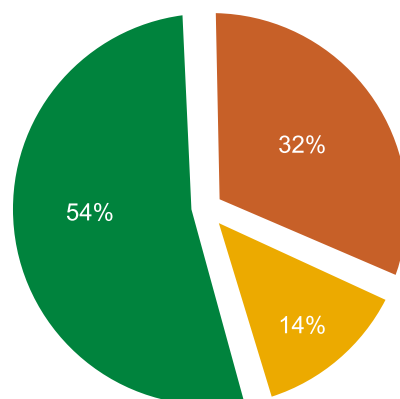
EVOLUÇÃO DO NÚMERO DE ACIONISTAS DA UNIMADEIRAS



No gráfico seguinte podemos observar que cerca de 14% dos acionistas não apresentam qualquer relação com o setor florestal.

TIPOLOGIA DO DETENTOR DO CAPITAL SOCIAL

- Proprietários florestais privados
- Empresas/proprietários relacionados com o setor florestal
- Outras empresas/proprietários não relacionados com o setor florestal



2 / BARÓMETRO

Uma vez mais, a Unimadeiras desenvolveu um estudo de mercado a um universo de fornecedores de madeira e proprietários florestais, com o objetivo de tecer um balanço da atividade silvícola, de corte recheça e transporte e de compra e venda de madeira, bem como de identificar os principais obstáculos da atividade florestal, as expectativas para o futuro e o grau de satisfação dos fornecedores face à gestão da Unimadeiras.

O resultado deste estudo encontra-se espelhado nos dados apurados da análise do barómetro de caracterização que apresentamos seguidamente.

Baseado nos resultados do estudo, esta análise permite-nos a implementação, em tempo útil, das melhores soluções e do cumprimento das expectativas em nós colocadas.

Relativamente à análise dos resultados referentes ao ano 2016, é de destacar:

COMO RESULTADO POSITIVO

- A manutenção em alta do grau de satisfação dos fornecedores relativamente à Unimadeiras.
- O aumento da percentagem de empresários que pretendem investir em nova maquinaria.
- O aumento da percentagem de proprietários que pretendem realizar novas plantações.

COMO RESULTADO NEGATIVO

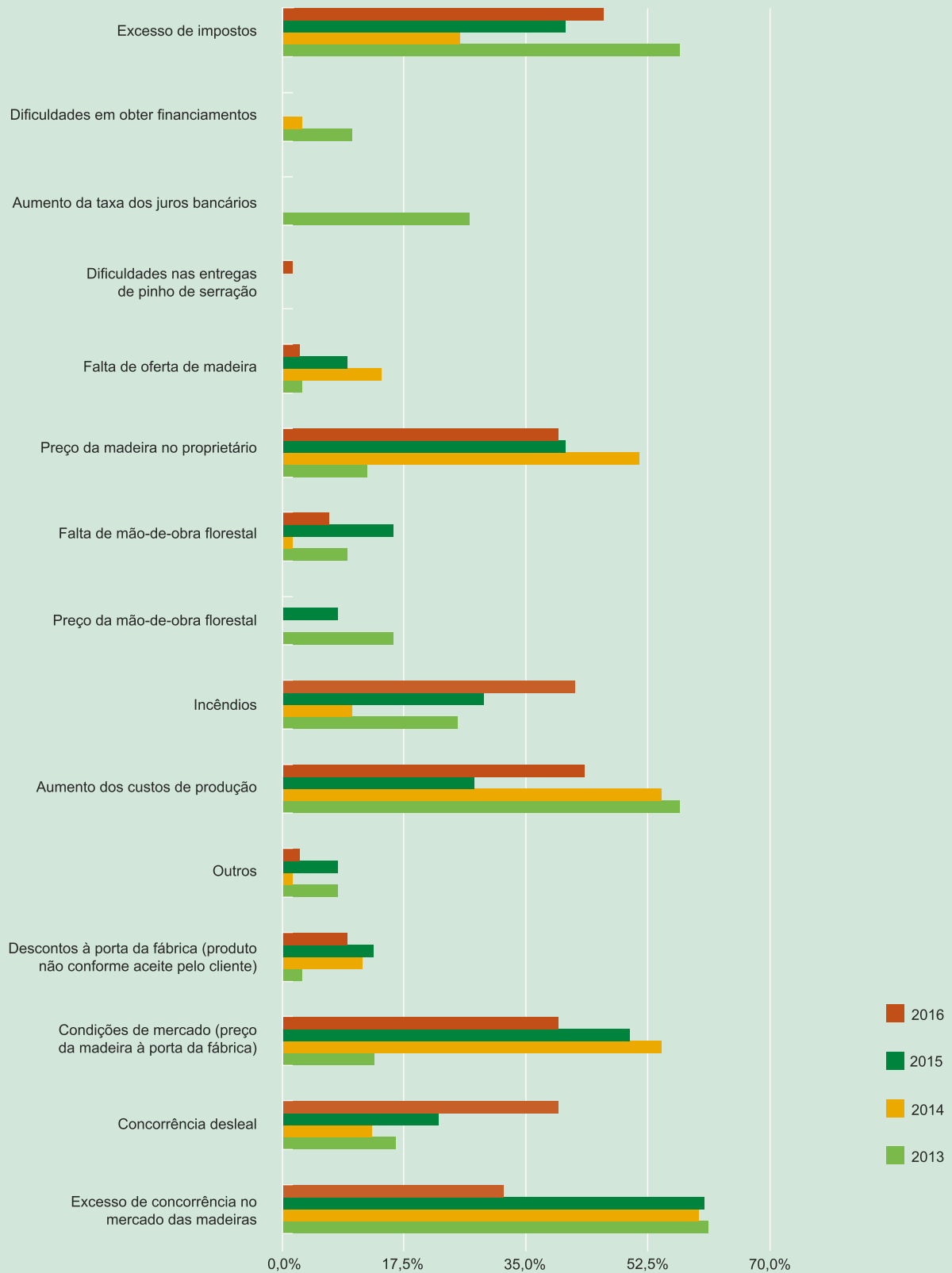
- A manutenção em alta da área florestal afetada por pragas e/ou doenças, com uma expressão significativa no que respeita à *Mycosphaerella* e ao Gorgulho do eucalipto.
- A manutenção em alta da percentagem de proprietários e empresários afetados por incêndios florestais.
- A manutenção em baixa do número de fornecedores que optam pela redução do stock de madeira para um período de tempo igual ou inferior a 15 dias de fornecimento regular.

Relativamente aos fatores que sofreram um maior aumento face a 2015, registámos, essencialmente, as preocupações relacionadas com os custos de produção, os impostos, os incêndios florestais e a concorrência considerada desleal no mercado da compra de madeira ao produtor.

Saliente-se, por fim, uma redução muito expressiva do número de inquiridos que refere o excesso de concorrência no setor das madeiras como um dos principais obstáculos à atividade.

No gráfico seguinte podemos estabelecer uma análise comparativa dos principais obstáculos referidos pelos fornecedores, desde o ano 2013:

BARÓMETRO 2016



2.1 PRINCIPAIS OBSTÁCULOS

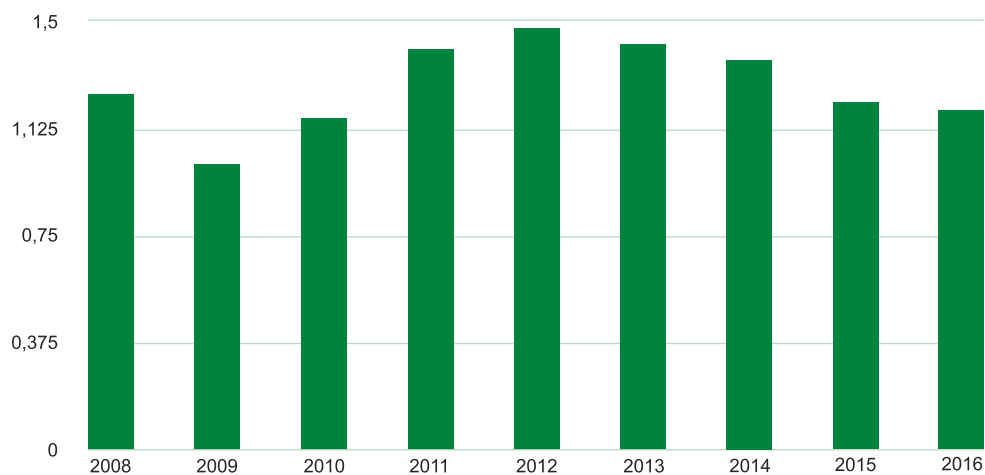
Relativamente aos principais obstáculos, em 2016 foram apurados os seguintes dados:

1	Excesso de impostos.
2	Custos de produção.
3	Incêndios florestais.
4	(Ex aequo) preço em alta na compra da madeira ao produtor, preço em baixa na venda ao clientes, concorrência desleal entre comerciantes / empresários florestais.
5	Excesso de concorrência no mercado das madeiras.

Relativamente aos custos de produção, no gráfico seguinte podemos observar a evolução do preço do gasóleo desde 2008 que, acompanhando a tendência em baixa dos últimos anos, registou uma descida da média, face ao ano transato.

Não obstante esta queda do preço médio do gasóleo e a manutenção em baixa ao longo de 2016, a redução do preço da madeira, os incêndios florestais e a manutenção em alta do preço médio da mão-de-obra florestal e de outros custos de produção mantêm-se, formando um quadro acrescido de obstáculos ao expetável desenvolvimento da atividade.

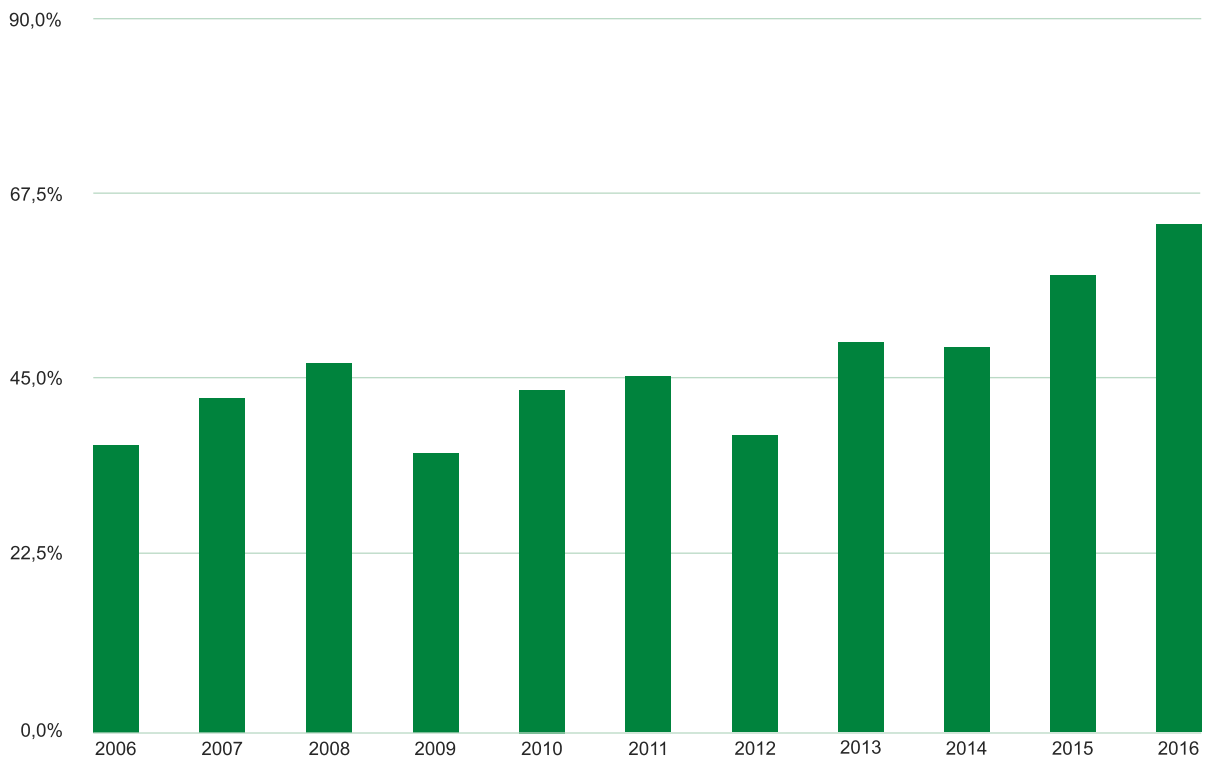
EVOLUÇÃO DO PREÇO MÉDIO DA GASOLEO SIMPLES EM PORTUGAL CONTINENTAL
(valores em euros)



2.2 EVOLUÇÃO DOS INVESTIMENTOS DOS EMPRESÁRIOS FLORESTAIS NO SETOR

Após 2015 ter atingido o maior índice de empresários que investiram em máquinas e outros equipamentos florestais - relativamente à última década - 2016 reforçou esta tendência e voltou a registar um novo recorde, com um aumento em cerca de 10,7% face ao ano transato.

INVESTIMENTO EM EQUIPAMENTOS FLORESTAIS
(percentagens de empresários)



É de salientar, ainda, que mais de metade dos inquiridos pretende adquirir outros equipamentos em 2017.

2.3 EVOLUÇÃO DE PERDAS E PREJUÍZOS - INCÊNDIOS FLORESTAIS, ACIDENTES DE TRABALHO, ROUBOS

2.3.1 INCÊNDIOS FLORESTAIS

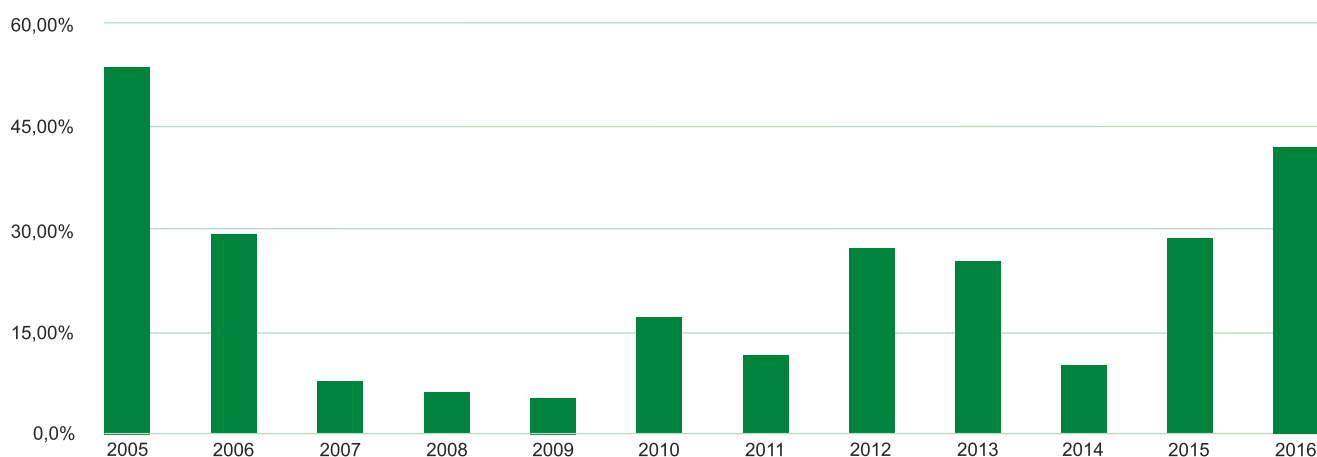
Dados do Instituto da Conservação da Natureza e das Florestas referentes ao período compreendido entre o dia 1 de janeiro e o dia 15 de outubro de 2016, apontam para um total de 13.079 ocorrências (2.677 incêndios florestais e 10.402 fogachos) que resultaram em 160.490 hectares de área ardida, sendo 85.785 hectares de povoamentos e 74.705 hectares de matos.

Comparando os valores de 2016 com o histórico dos últimos 10 anos, registaram-se menos 25% de ocorrências, tendo, no entanto, ardido mais do dobro da média da área nesse período.

O ano de 2016 (até ao dia 15 de outubro) apresenta, assim, o segundo valor mais baixo em número de ocorrências e o valor mais elevado de área ardida.

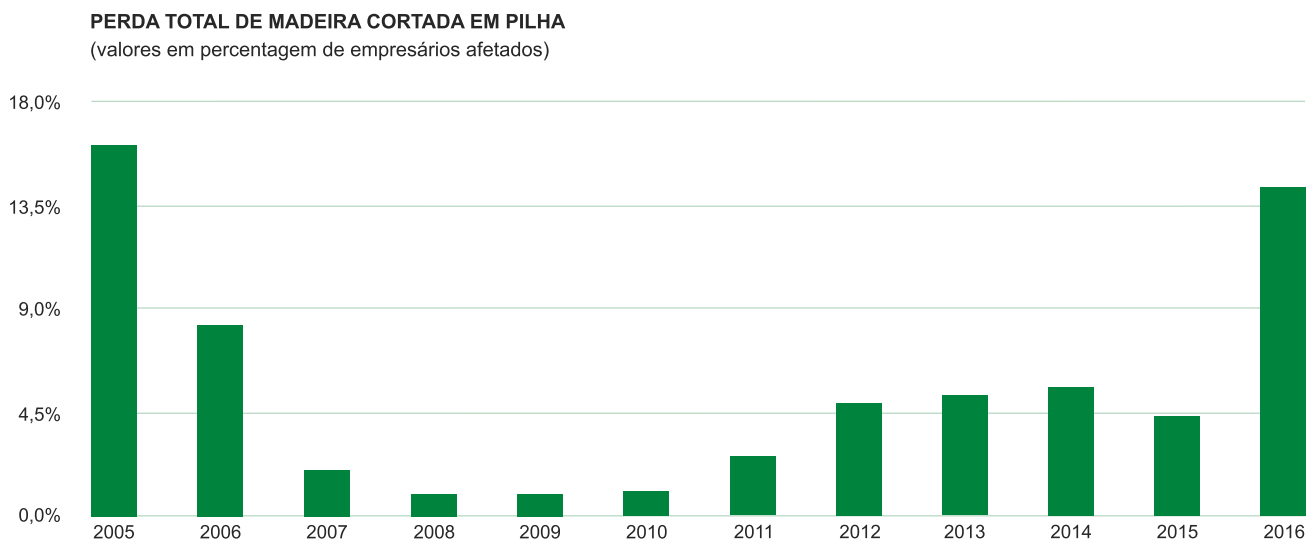
Relativamente ao universo dos inquiridos, verificou-se que 42% registou prejuízos com incêndios florestais, o que resulta num aumento de 45,7% face a 2015.

PREJUÍZOS DECORRENTES DE INCÊNDIOS FLORESTAIS
(valores em percentagem de afetados)



No que respeita a empresários com madeira comprada a terceiros, é de sublinhar que 14,47% sofreu prejuízos com madeiras já cortadas e em pilha, o que corresponde a um aumento muito significativo face aos anos anteriores, apenas superado no ano 2005.

No gráfico seguinte podemos observar a evolução deste valor desde 2005.



2.3.2 ACIDENTES DE TRABALHO

Cerca de 30% dos inquiridos reportou a ocorrência de acidentes de trabalho com baixa médica do sinistrado, em trabalhos realizados em propriedades não certificadas para a gestão florestal.

Neste âmbito, é de salientar que as principais funções dos trabalhadores acidentados continuam a ser, essencialmente, as de motosserristas e de trabalhadores indiferenciados.

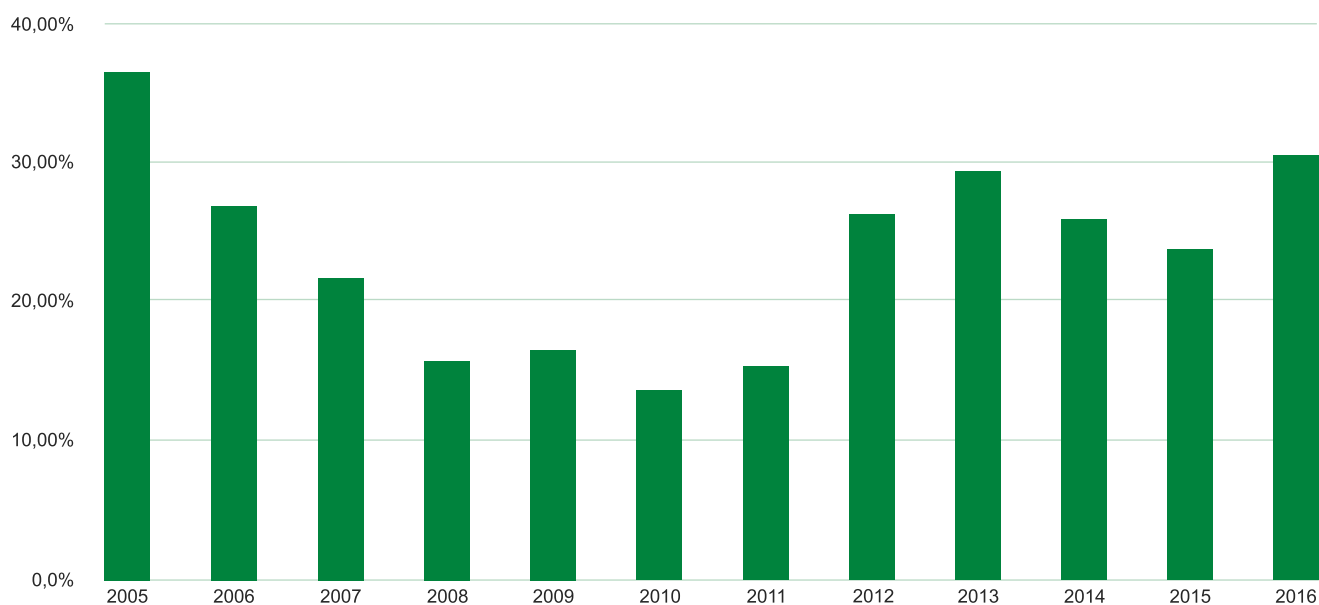
A utilização da motosserra, as quedas ao mesmo nível ou em altura, a queda de objetos e a utilização de outros equipamentos foram, por ordem hierárquica de importância, as causas mais frequentes dos acidentes.

Como podemos verificar no gráfico seguinte, a taxa de acidentes sofreu um aumento de 27,7%, face a 2015.

Este valor em alta continua a ser explicado, fundamentalmente, pela existência de trabalhadores indiferenciados (sobretudo oriundos do setor da construção), assim como outros trabalhadores (incluindo jovens em primeiro emprego), em atividades como as de exploração de madeira.

Em ambos os casos, a maioria dos trabalhadores não apresenta qualquer experiência na utilização de máquinas e equipamentos ou formação no âmbito da higiene e segurança no trabalho florestal.

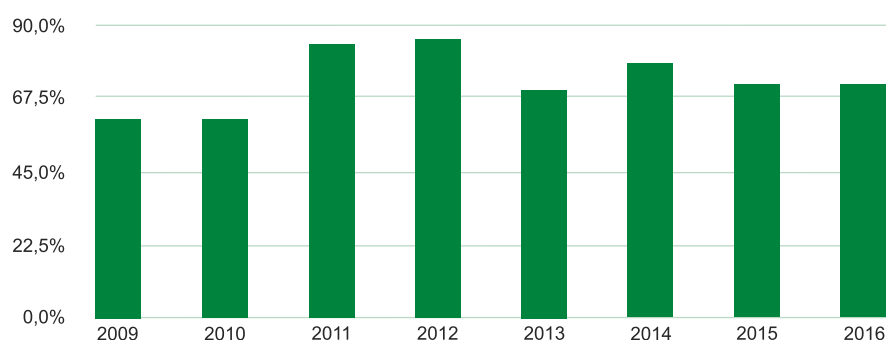
EVOLUÇÃO DOS ACIDENTES DE TRABALHO
(valores em percentagem de afetados)



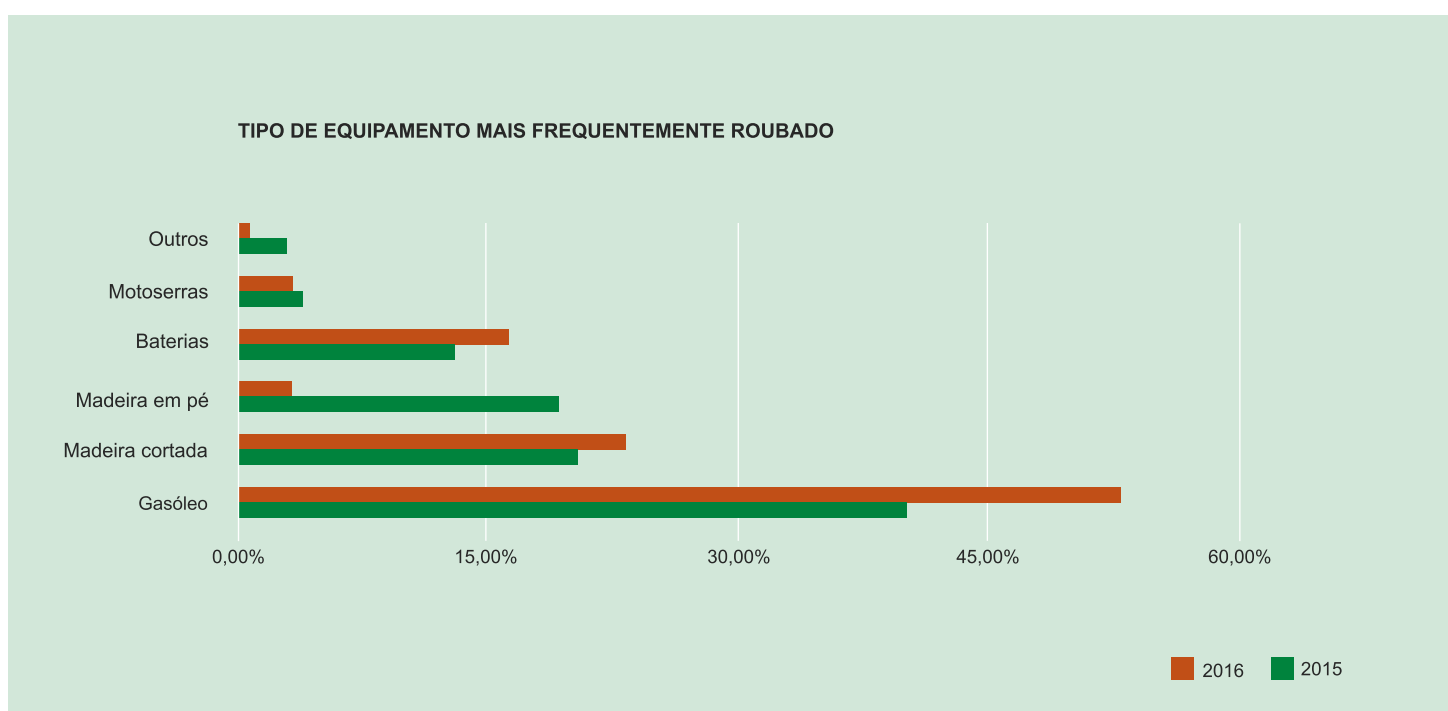
2.3.3 ROUBOS

A percentagem de prejuízos por roubo, não obstante as variações habituais, tem vindo a manter-se em alta desde 2011. Em 2016, mais de 72% dos inquiridos denunciaram roubos nas propriedades ou estaleiros, o que representa uma ligeira redução face a 2015.

PERCENTAGEM DE EMPRESÁRIOS/ PROPRIETÁRIOS VÍTIMAS DE ROUBO



Neste âmbito, incluem-se não só máquinas e equipamentos, mas, igualmente, madeira cortada (ainda espalhada pela propriedade ou já em pilha) gasóleo, pneus, plantas de árvores recentemente plantadas, sacos de adubo, entre outros com menor expressão e não identificados no gráfico abaixo



3 / CONFORMIDADE DO PRODUTO FORNECIDO A CLIENTES

A análise do cumprimento da conformidade do produto fornecido pela Unimadeiras aos clientes é avaliada sobretudo através do resultado dos seguintes parâmetros:

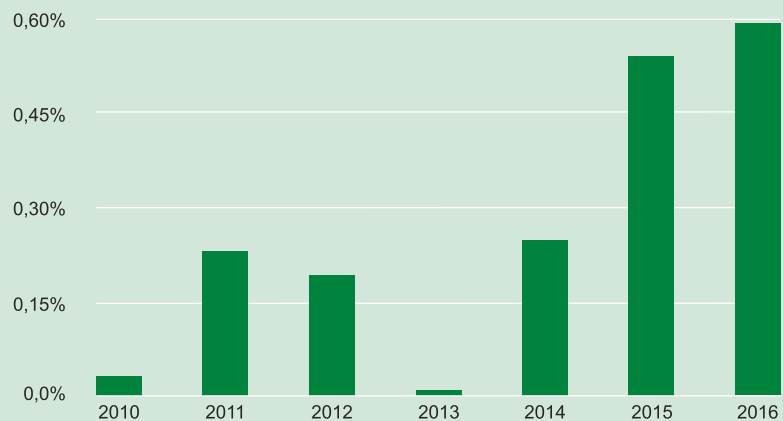
- análise dos descontos de quantidade aplicados pelo cliente na receção da madeira à porta da fábrica;
- análise interna da Unimadeiras ao produto fornecido, realizado através da verificação visual de cargas de madeira prontas para o fornecimento ao cliente.

Na impossibilidade de uma análise visual a todas as cargas fornecidas, foram definidos procedimentos de amostragem que nos permitem um espelho muito fiel da realidade. Relativamente aos descontos aplicados pelo cliente ao produto fornecido, verifica-se uma tendência em alta na madeira sem casca, ressaltando uma diminuição de descontos atribuídos à madeira de eucalipto com casca.

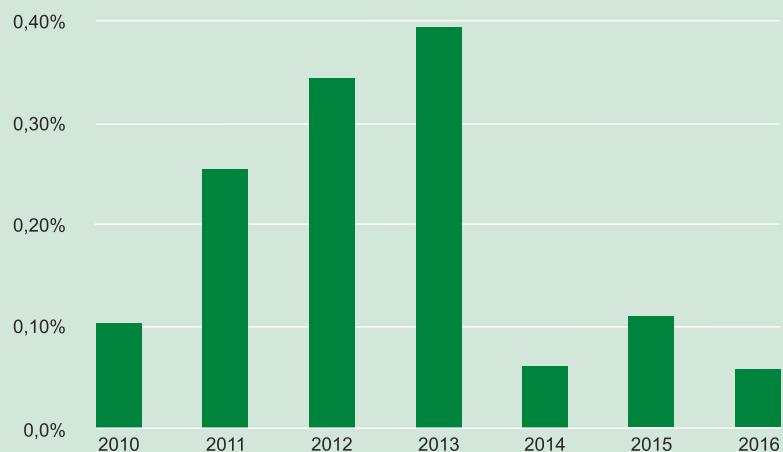
Este resultado - apesar da redução da percentagem de cargas de madeira com desconto pelo motivo de incêndio – justifica-se, fundamentalmente, com o aumento de fornecimento de madeira proveniente de incêndio, que provocou o aumento dos cortes de madeira mais fina, torta e mal aparada. Convém referir, ainda, o aumento da classificação de “madeira fina”, “casca” e “outros”.

O gráfico seguinte espelha a evolução da percentagem média de descontos atribuída pelos clientes desde o ano 2010, para as situações de eucalipto com e sem casca.

CONFORMIDADE DO PRODUTO FORNECIDO
EVOLUÇÃO DA MÉDIA TOTAL DE DESCONTOS - MADEIRA DE EUCALIPTO SEM CASCA

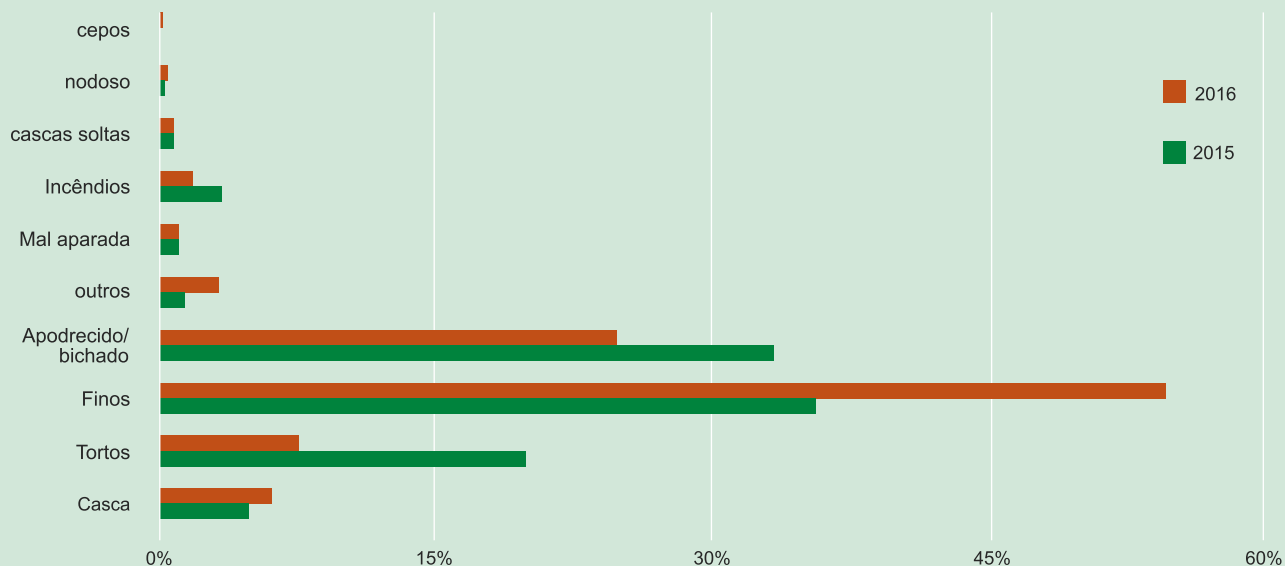


CONFORMIDADE DO PRODUTO FORNECIDO
EVOLUÇÃO DA MÉDIA TOTAL DE DESCONTOS - MADEIRA DE EUCALIPTO COM CASCA



No gráfico seguinte podemos observar a evolução comparativa dos descontos, entre os anos 2015 e 2016.

ANÁLISE COMPARATIVA DO MOTIVO DOS DESCONTOS - MADEIRA DE EUCALIPTO COM CASCA E SEM CASCA



4 / GRUPO UNIFLORESTA

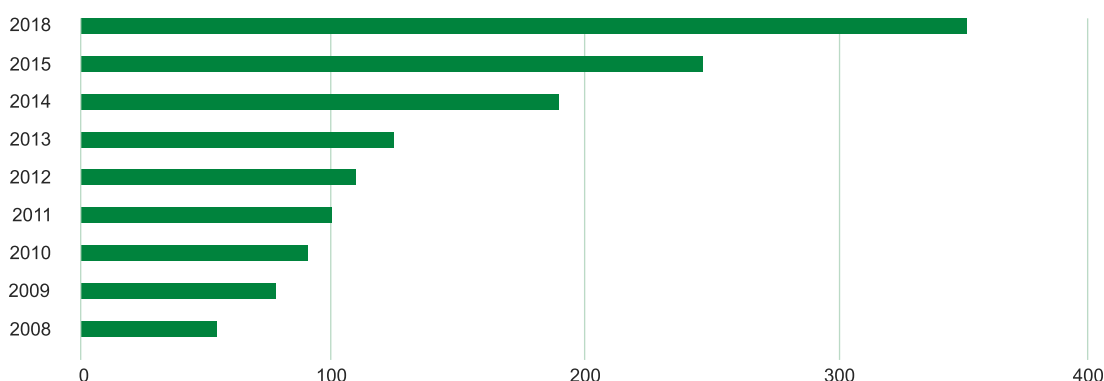
4.1 EVOLUÇÃO DO NÚMERO DE MEMBROS E DA UNIDADE DE GESTÃO FLORESTAL

Em 2016, o grupo Unifloresta registou uma evolução muito significativa, atingindo resultados para além do expectável no período.

O total de membros aumentou para 350, enquanto a área certificada aumentou para 11.964 hectares, subdividida em 5406 parcelas.

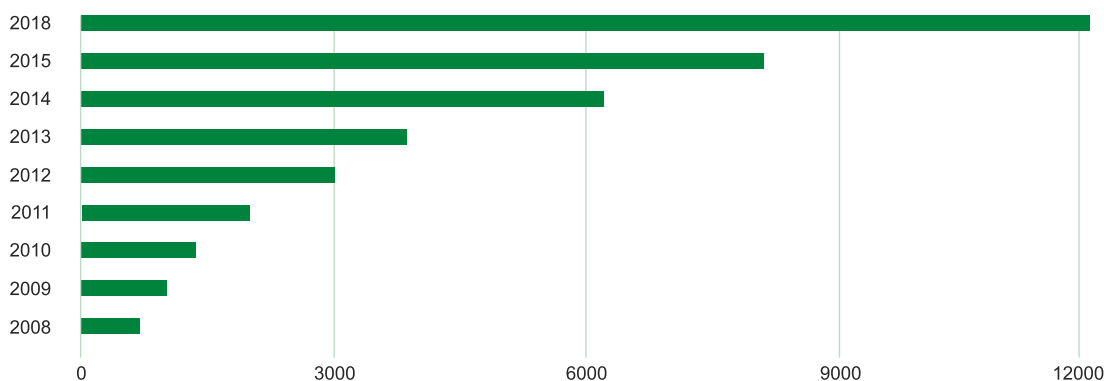
Como podemos verificar no gráfico seguinte, o número de membros do grupo Unifloresta tem evoluído a ritmo regular, numa média de crescimento anual de cerca de 26%.

EVOLUÇÃO DO NÚMERO DE MEMBROS

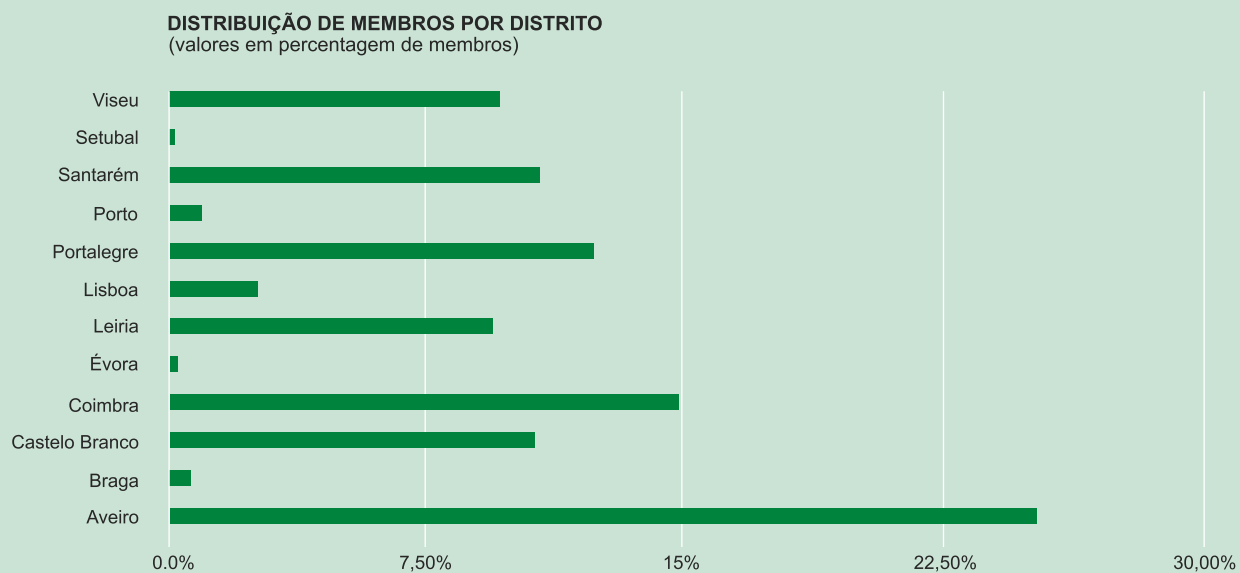


Relativamente à área certificada, a média anual de crescimento cifra-se em 43%.

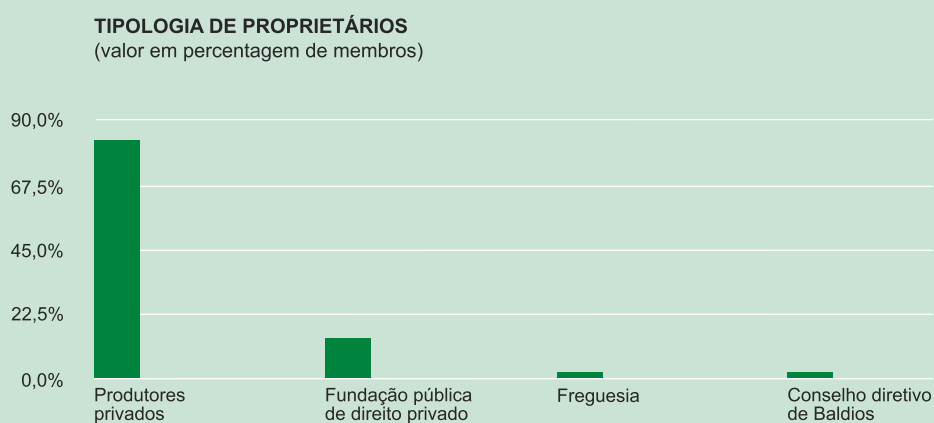
EVOLUÇÃO DA ÁREA (valores em hectares)



No gráfico abaixo podemos verificar a dispersão de membros do grupo, por distrito, sobressaindo uma maior incidência no distrito de Aveiro:



Os membros mantêm-se maioritariamente privados, registando-se, no entanto, uma percentagem de cerca de 0,68% de membros públicos e 0,34% de membros Coletivos/Comunitários.



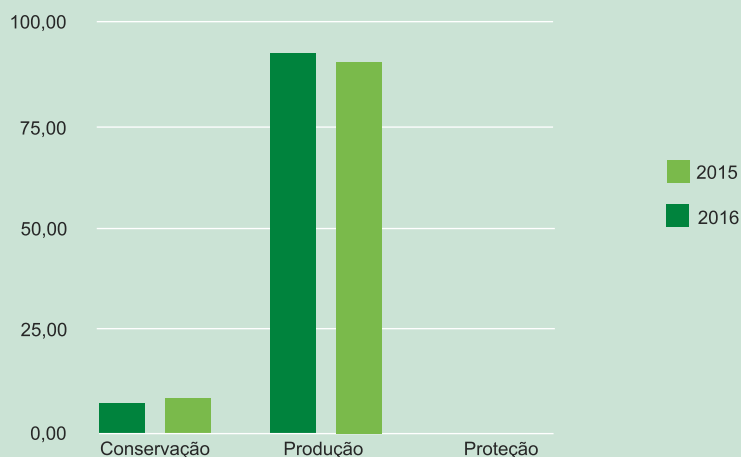
O principal objetivo de gestão das propriedades continua a ser de produção de madeira, verificando-se, no entanto, um aumento significativo de áreas de conservação, face a 2015.

Relativamente à evolução da unidade de gestão florestal, e face à entrada de novos membros, verificou-se uma redução em cerca de 10 pontos percentuais da área ocupada por eucalipto e um aumento da área de pinheiro e outras espécies, nomeadamente de azinheira.

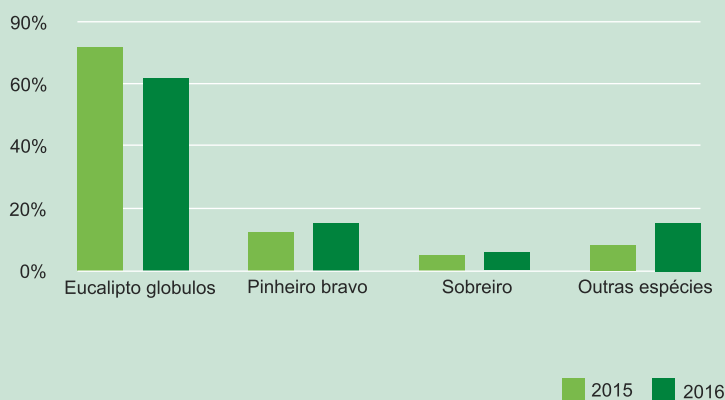
62% da área de produção está agora ocupada com eucalipto glóbulos, 16% com pinheiro bravo, 6% com sobreiro, sendo os restantes 16% de área ocupados com outras espécies.

No final de 2016, os povoamentos florestais apresentavam a seguinte classificação média por idades, para a madeira de eucalipto e pinheiro:

OBJETIVOS DE GESTÃO DAS PROPRIEDADES



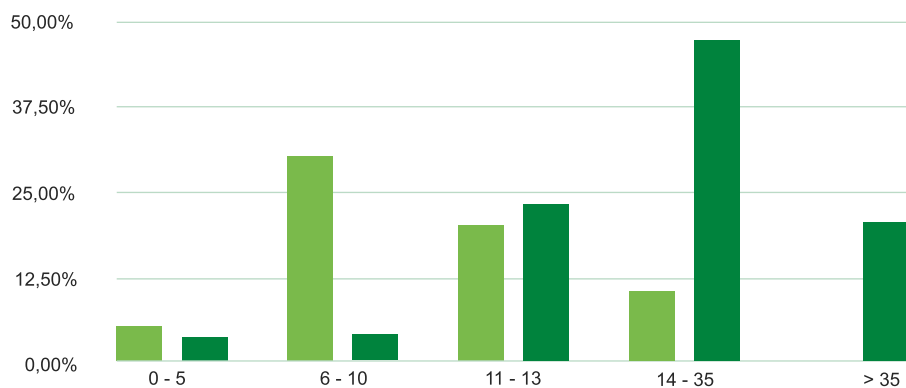
OCUPAÇÃO DO SOLO (valores em percentagem)



MÉDIA DA IDADE DOS POVOAMENTOS DE EUCALIPTO (valores em intervalo de anos)



MÉDIA DA IDADE DOS POVOAMENTOS DE PINHEIRO
(valores em intervalo de anos)

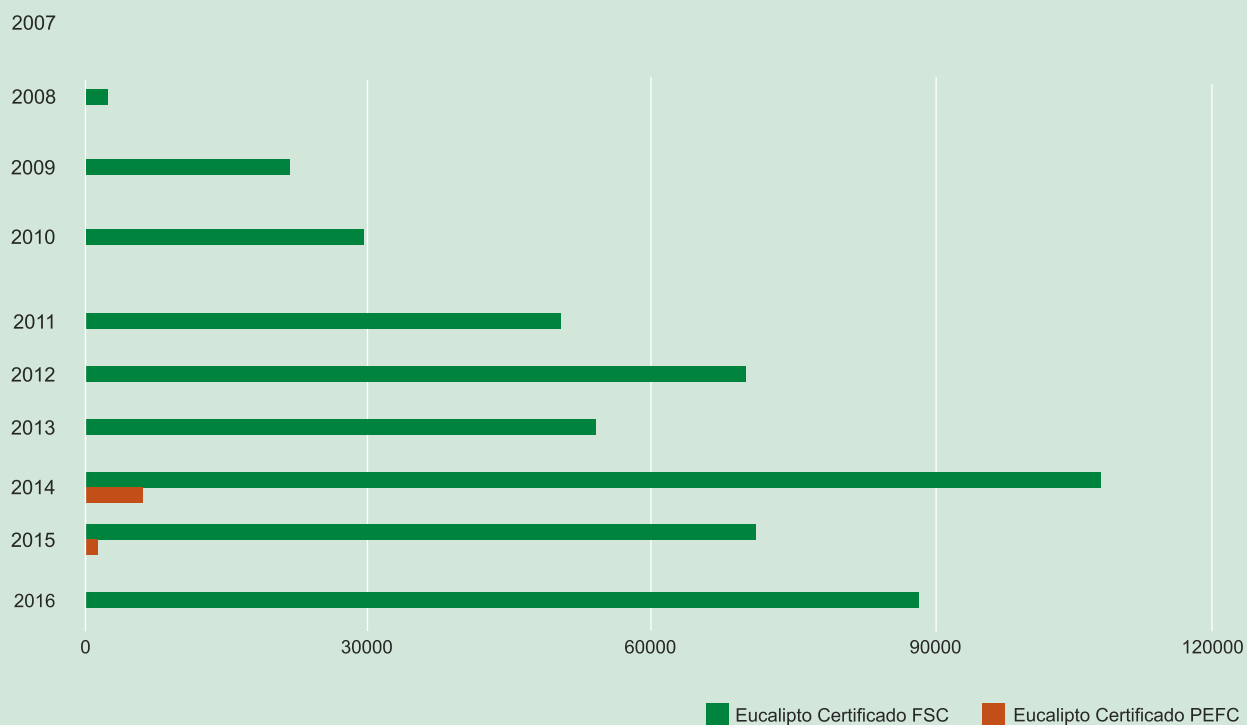


4.2 EVOLUÇÃO DOS FORNECIMENTOS

De um modo geral, os fornecimentos de madeira proveniente da unidade de gestão florestal do grupo Unifloresta sofreram um aumento expressivo.

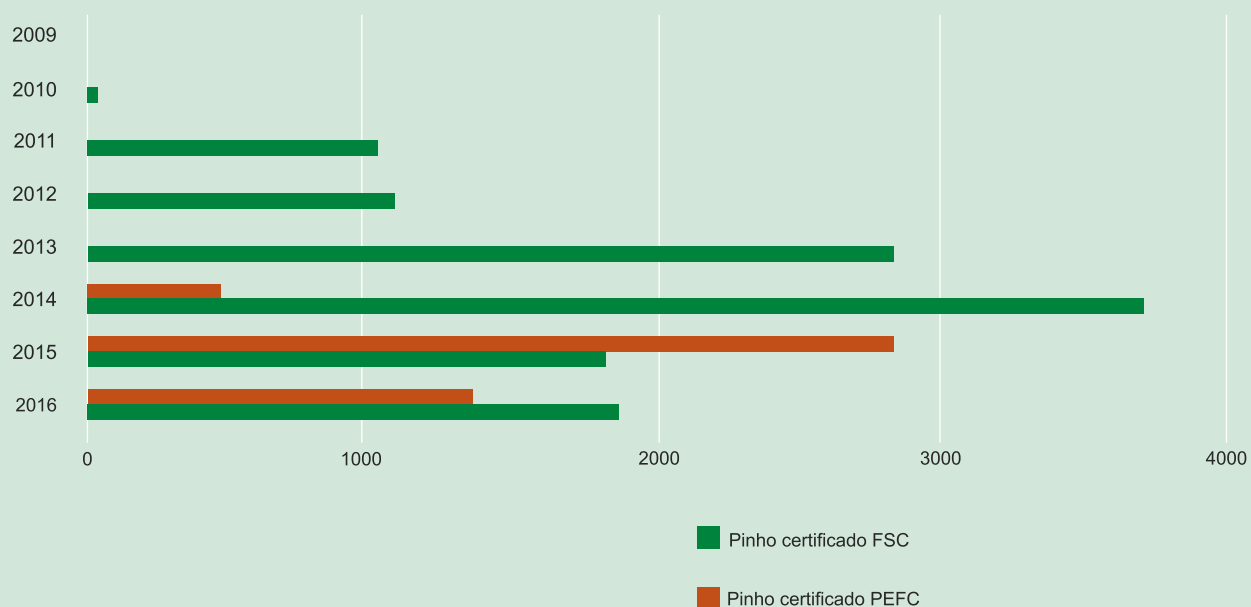
Nos gráficos seguintes apresenta-se a evolução dos fornecimentos de madeira de pinho e de eucalipto.

EVOLUÇÃO DOS FORNECIMENTOS DE MADEIRA DE EUCALIPTO DA UNIDADE DE GESTÃO DO GRUPO UNIFLORESTA, NO CONTRATO DA UNIMADEIRAS
(valores em unidades de medição)



EVOLUÇÃO DOS FORNECIMENTOS DE MADEIRA DE PINHO DA UNIDADE DE GESTÃO FLORESTAL DO GRUPO UNIFLORESTA, NO CONTRATO DA UNIMADEIRAS

(valores em unidades de medição)

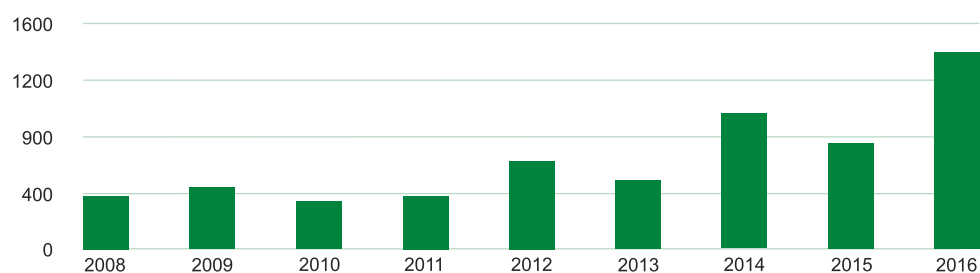


4.3 EVOLUÇÃO DO NÚMERO DE VISTORIAS

Em 2016 registou-se um aumento superior a 80% do número total de vistorias, comparativamente com 2015.

Este aumento de 762 para 1402 vistorias realizadas deveu-se, fundamentalmente, ao forte aumento de admissões de novas propriedades no grupo, que obriga à realização de vistorias de caracterização de área.

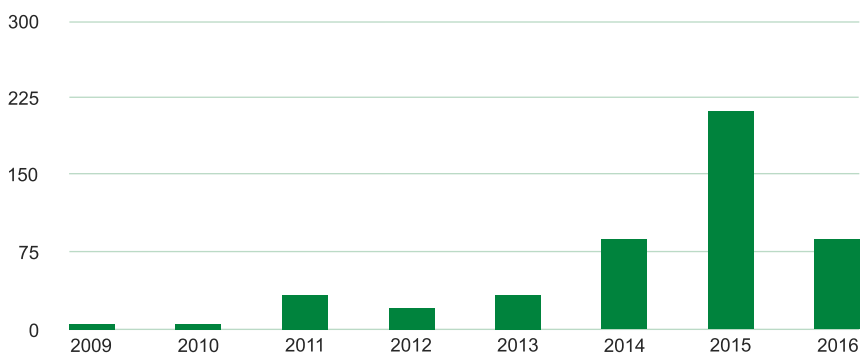
EVOLUÇÃO DO NÚMERO DE VISTORIAS



4.4 INCÊNDIOS FLORESTAIS

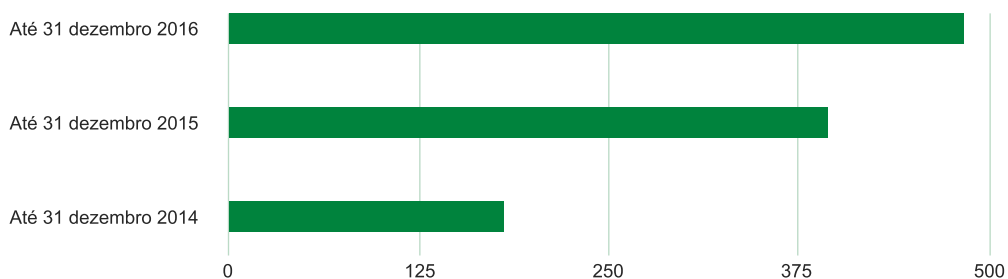
O total de área certificada ardida em 2016 sofreu uma redução de 58%, comparativamente com o ano anterior, aproximando-se dos valores apurados em 2013.

EVOLUÇÃO DA ÁREA ARDIDA NA UNIDADE DE GESTÃO FLORESTAL
(valores em hectares de área ardida)



Desde a formação do grupo, arderam mais de 480 hectares de área. No gráfico seguinte analisa-se o acumulado de área ardida.

ACUMULADO DE ÁREA ARDIDA NA UNIDADE DE GESTÃO FLORESTAL
(valores em hectares de área ardida)

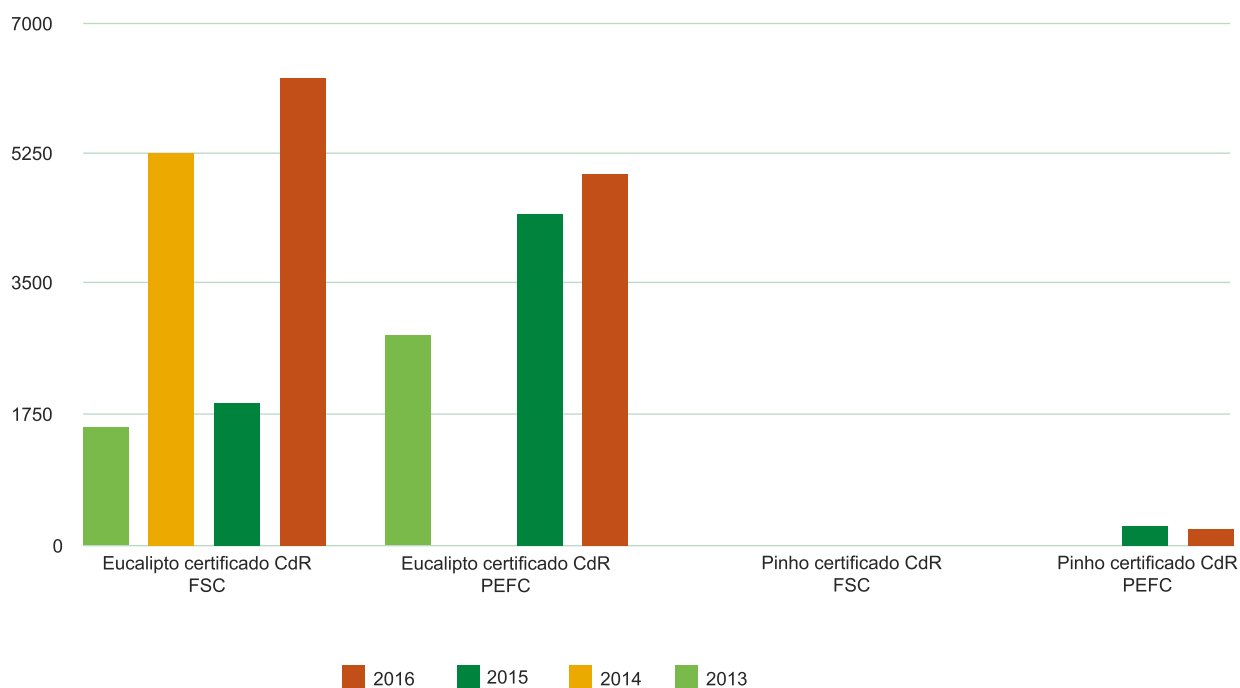


5 / CERTIFICAÇÃO DA CADEIA DE RESPONSABILIDADE FSC E PEFC

Em 2016 reforçaram-se as vendas de madeira certificada proveniente da cadeia de responsabilidade (FSC e PEFC) da Unimadeiras.

É de sublinhar um aumento substancial dos fornecimentos de madeira de eucalipto com certificação FSC, em relação a 2015. As transações de madeira certificada registaram a seguinte evolução, desde o ano 2013:

EVOLUÇÃO DO FORNECIMENTO DE MADEIRA ATRAVÉS DA CERTIFICAÇÃO DA CADEIA DE RESPONSABILIDADE



6 / PERSPETIVAS PARA 2017

6.1 FORNECIMENTOS

Para 2017 não se perspetivam variações significativas dos preços da madeira à porta da fábrica.

No entanto, e contrariando a tendência habitual, aguarda-se um aumento expressivo dos fornecimentos, a verificar-se ainda no primeiro trimestre do ano.

Deverá manter-se a forte concorrência na compra da madeira ao proprietário, fator que poderá provocar, por um lado, o afastamento de alguns fornecedores tradicionais do mercado do eucalipto, concentrando-se estrategicamente nas compras de pinho ou outras madeiras diversas e, por outro lado, o aumento do volume de fornecimentos, quer no que respeita a quantidade, quer no que respeita a diversidade do produto fornecido.

No que respeita a madeira certificada, perspetiva-se um incremento muito significativo do volume transacionado, não só pelo aumento substancial da unidade de gestão florestal do grupo Unifloresta mas, também, pelo início de fornecimento de madeira proveniente da cadeia de responsabilidade, através da retoma da certificação em grupo da Unimadeiras.

6.2 INVESTIMENTOS

O volume de investimentos foi bastante considerável nos últimos anos, sobretudo pela aquisição da sede da Unimadeiras em Albergaria e obras subsequentes, assim como pela construção dos novos escritórios da Figueira da Foz,

No entanto, a Administração manterá em aberto a possibilidade de novos investimentos, em particular na aquisição de propriedades florestais.

Em 2017 serão estudadas não só as propostas de aquisição de novas propriedades florestais que se mantêm em carteira, mas, também, novas propostas que venham a ser apresentadas, desde que enquadradas nas pretensões de negócio da Administração.

6.3 ESTRUTURA INTERNA

Com a perspetiva de aumento da prestação de serviços de âmbito técnico-florestal e de fornecimento de madeira certificada e não certificada, será necessário um reajuste da estrutura funcional interna da empresa, numa dimensão coerente com a melhoria contínua e com os objetivos de renovação e consolidação da empresa para cabalmente gerir as oportunidades e enfrentar os desafios do futuro.

Perspetiva-se, pois, e essencialmente, um maior fluxo de interação com os fornecedores de serviços externos e um reforço das funções alusivas ao relacionamento com os fornecedores de madeira e clientes internos.

Numa conjuntura de procura em alta de produtos florestais de valor acrescentado, a Unimadeiras continua, assim, a desenvolver ferramentas estruturais de suporte ao incremento das suas capacidades de fornecimento e de diversificação de produtos, especificamente vocacionadas para aumentar a satisfação dos clientes e fornecedores, bem como as expectativas e necessidades de todas as partes interessadas.



7 / ANÁLISE ECONÓMICO-FINANCEIRA



INDICADORES	2012	2013	2014	2015	2016
Venda e serviços prestados	56.837.348	55.358.046	57.429.678	51.073.137	46.359.219
Crescimento das vendas	-1,5%	-2,6%	3,7%	-11,1%	-9,2%
Capitais próprios	3.184.565	3.832.812	4.038.787	4.254.785	4.470.198
Rentabilidade dos capitais próprios	10,6%	8,0%	9,0%	8,8%	8,3%
Rentabilidade das vendas	0,56%	0,46%	0,60%	0,70%	0,76%
Taxa de rentabilidade interna	0,88%	0,69%	0,79%	1,06%	1,66%
Meios libertos líquidos (cash-flow)	503.334	384.350	454.213	541.875	770.372
Activo corrente	8.518.693	9.760.280	9.707.937	9.000.071	9.442.766
Passivo corrente	3.591.490	5.076.560	6.044.853	5.850.478	5.522.765
Fundo de maneo líquido	4.927.203	4.683.720	3.663.084	3.149.593	3.920.001
Liquidez geral	2,37	1,92	1,60	1,54	1,71
Autonomia financeira	29,9%	28,5%	30,2%	34,2%	34,4%
Solvabilidade	42,7%	39,9%	43,4%	52,0%	52,6%
Prazo médio de recebimentos	35 dias	43 dias	42 dias	48 dias	55 dias
Prazo médio de pagamentos	5 dias	4 dias	7 dias	5 dias	5 dias
EBITDA a)	932.008	806.780	797.004	865.304	989.136
Gastos de financiamento líquidos	304.776	341.053	217.721	206.274	98.571
Imposto sobre o rendimento (IRC)	123.897	81.376	125.069	117.155	120.192
Resultado líquido do período	320.728	253.247	345.971	356.002	355.413

a) EBITDA = Resultado operacional + Gastos de depreciação e de amortização + Perdas por imparidade + Provisões ou = Resultado antes de impostos, juros, gastos de depreciação e de amortização, perdas por imparidade e provisões

A atividade da UNIMADEIRAS em 2016 ficou marcada, essencialmente, por três realidades que, inevitavelmente, acabaram por condicionar o desempenho da empresa.

Foram elas:

- um decréscimo nas vendas aproximado de 4.714.000 euros, a que correspondeu uma variação percentual de 9,2%;
- uma mais-valia (contabilística), na ordem dos 336.000 euros, apurada na venda do terreno da ex-sede da Unimadeiras;
- uma liquidação de IVA, por parte da Autoridade Tributária, na ordem dos 219.000 euros, como resultado da não aceitação do IVA dedutível em determinadas compras ocorridas no ano de 2011.

Achamos oportuno referir que o decréscimo nas vendas seria menos expressivo, se não tivessem ocorrido algumas baixas de preços determinadas pelos n/clientes no decurso de 2016.

Quanto à liquidação de IVA efetuada pela Autoridade Tributária, a Administração da Unimadeiras, considerando inaceitáveis os motivos invocados, encarregou o s/Advogado de apresentar um recurso desta decisão da AT.

Entretanto, por força desta decisão da AT, a empresa entendeu proceder à constituição de uma provisão para impostos, com os consequentes reflexos no apuramento do resultado líquido do exercício.

Apesar das contrariedades que o exercício de 2016 nos revelou, consideramos que no aspeto dos resultados o desempenho da Unimadeiras apresenta um saldo claramente positivo.

O **resultado líquido do período** manteve-se praticamente estável, com uma ligeiríssima descida que não chega a ser significativa, mas, ao invés, o **resultado antes de impostos** revelou uma ligeira melhoria.

Os **meios libertos líquidos** (cash-flow) melhoraram acentuadamente neste exercício, cerca de 228.500 euros, o que corresponde a uma variação percentual de 42,1%. Este indicador apresentou o melhor resultado de sempre.

Os **resultados financeiros** (ou custos financeiros líquidos) melhoraram substancialmente neste exercício de 2016, cerca de 52,2%, facto que reputamos de extraordinário.

O **EBITDA** (resultado antes de impostos + juros + gastos de depreciação e de amortização + perdas por imparidade + provisões) melhorou cerca de 14,3%, apresentando o segundo melhor resultado de sempre.

No aspeto da **rentabilidade**, consideramos, igualmente, que o desempenho da Unimadeiras também foi positivo, apesar da significativa contrariedade na cifra de vendas.

A **rentabilidade dos capitais próprios** (lucro líquido/capitais próprios) manteve-se praticamente estável, revelando uma taxa de 8,3% que, no mínimo, consideramos interessante.

A **rentabilidade das vendas** (lucro líquido/vendas) registou uma ligeira melhoria neste exercício, a exemplo do que tinha sucedido no exercício anterior.

A **taxa de rentabilidade interna** (meios libertos líquidos/vendas) melhorou consideravelmente neste exercício, passando de 1,06% em 2015 para 1,66% em 2016 (melhoria de 56,6%).

Na vertente do **equilíbrio financeiro** verificou-se uma melhoria, sem quaisquer exceções, no plano global.

O **fundo de maneo líquido** (activo corrente – passivo corrente) subiu, neste exercício, cerca de 24,5%, enquanto a **liquidez geral** (activo corrente/passivo corrente) melhorou de 1,54 em 2015 para 1,71 em 2016.

A evolução positiva destes dois últimos indicadores em 2016 está na linha das previsões traçadas no relatório de gestão do exercício anterior.

A **autonomia financeira** (capitais próprios/activo líquido) melhorou neste exercício, embora muito ligeiramente, o mesmo acontecendo com a **solvabilidade** (capitais próprios/passivo total).

Um outro facto digno de registo tem a ver com a dilatação, verificada em 2016, do prazo de antecipação dos pagamentos sobre os recebimentos, o que configura uma disponibilidade cada vez maior da empresa para responder prontamente às necessidades financeiras dos seus associados.

Este prazo de antecipação dos pagamentos sobre os recebimentos em 2016 foi, em média, de 50 dias.

Em termos de **gastos**, alguns, efetivamente, sofreram um agravamento neste exercício de 2016, tais como:

- **Gastos com o pessoal:** subiram cerca de 51.500 euros (17,7%).
- **Imparidade de dívidas a receber:** subiram cerca de 23.100 euros (53,8%).
- **Provisões:** subiram cerca de 200.000 euros (1035,3%).
- **Gastos de depreciação e de amortização:** subiram cerca de 5.960 euros (4,8%).

Ao invés, houve gastos que sofreram um desagravamento neste exercício:

- **Fornecimentos e serviços externos:** baixaram cerca de 32.800 euros (8,2%).
- **Gastos de financiamento (líquidos):** baixaram cerca de 107.700 euros (52,2%).

No capítulo dos **investimentos**, foram realizados neste exercício os seguintes:

Terrenos.....	7.674,00
Grandes reparações em edifícios.....	318.577,00
Aparelhagem e máquinas eletrónicas.....	8.844,00
Computadores.....	2.732,00
Mobiliário.....	850,00
TOTAL	338.677,00

PROPOSTA DE APLICAÇÃO DOS RESULTADOS

Face ao imperativo de reforçar os capitais próprios da empresa e, também, tendo em atenção as legítimas expectativas dos acionistas quanto à remuneração dos capitais investidos, a Administração da UNIMADEIRAS decide propor para os resultados líquidos de 2016 a seguinte aplicação:

	Valor
Dividendos a distribuir (cativos de impostos)	140.000,00 euros
Reforço da Reserva Legal	25.000,00 euros
Reforço de Reservas Livres	190.413,23 euros
TOTAL	355.413,23 euros

O pagamento dos dividendos deverá ocorrer durante o próximo mês de Junho de 2017.

NOTAS FINAIS

■ Declaramos que não existe qualquer dívida em mora ao sector Estado e Outros Entes Públicos, nomeadamente à Segurança Social e ao Estado;

■ De acordo com o Código das Sociedades Comerciais, informamos de que não foram concedidas quaisquer autorizações para negócios entre a Sociedade e os seus Administradores;

■ Não se registaram factos ambientais nem laborais dignos de relevância;

■ Relativamente a factos relevantes ocorridos após o termo do período, até à data de elaboração deste relatório de gestão, não ocorreram quaisquer factos que pudessem significar alteração da situação à data do balanço.

Albergaria-a-Velha, 25 de Fevereiro de 2017

O CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO

Jorge Armando Mendes Loureiro

António Augusto Amaral Loureiro e Santos

Humberto Marques Dias

Hernâni da Seca Martins Pereira

João Vicente Lourenço

ANEXO AO RELATÓRIO DE GESTÃO

Exercício de 2016

Nos termos do artigo 447º do Código das Sociedades Comerciais, informa-se que a participação dos órgãos de Administração e de Fiscalização no Capital Social da empresa “UNIMADEIRAS – Produção, Comércio e Exploração Florestal, S.A.” é a seguinte:

	Nº de acções Inicial	Aquisição em 2016	Nº de acções Final	% de Particip.
CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO:				
Jorge Armando Mendes Loureiro	17.380	0	17.380	4,34
António Augusto Amaral Loureiro e Santos	0	0	0	0
Humberto Marques Dias	12.705	590	13.295	3,32
Hernâni da Seca Martins Pereira	4.800	1.650	6.450	1,61
João Vicente Lourenço	3.150	0	3.150	0,78
CONSELHO FISCAL:				
José Joaquim de Bastos Correia	6.130	0	6.130	1,53
Manuel Fernandes Pedrosa	100	0	100	0,02
Lurdes Susana Mendes Amorim (ROC)	0	0	0	0

Albergaria-a-Velha, 25 de Fevereiro de 2017

O CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO

Jorge Armando Mendes Loureiro

António Augusto Amaral Loureiro e Santos

Humberto Marques Dias

Hernâni da Seca Martins Pereira

João Vicente Lourenço

BALANÇO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2016

	Notas	31/12/2016	31/12/2015
ACTIVO			
ACTIVO NÃO CORRENTE:			
Activos fixos tangíveis	9	3.444.029,60	3.354.887,15
Activos intangíveis	8	0,00	400,43
Outros investimentos financeiros	29	85.748,89	85.446,21
		3.529.778,49	3.440.733,79
ACTIVO CORRENTE:			
Activos biológicos	19	217.252,90	213.187,41
Clientes	29	7.503.068,12	7.152.677,20
Estado e outros entes públicos	32.6	278.418,65	111.961,64
Outros créditos a receber	32.6	967.719,95	1.098.834,67
Diferimentos	32.6	244.558,51	23.853,19
Caixa e depósitos bancários	5	231.748,65	399.556,79
		9.442.766,78	9.000.070,90
Total do activo		12.972.545,27	12.440.804,69
CAPITAL PRÓPRIO E PASSIVO			
CAPITAL PRÓPRIO:			
Capital subscrito	29.16	2.000.000,00	2.000.000,00
Prémios de emissão		243.646,50	243.646,50
Reservas legais		194.500,00	169.500,00
Outras reservas		1.676.638,93	1.485.637,24
Resultado líquido do período		355.413,23	356.001,69
Total do capital próprio		4.470.198,66	4.254.785,43
PASSIVO			
PASSIVO NÃO CORRENTE:			
Provisões	23	238.634,24	19.317,27
Financiamentos obtidos	29	2.740.947,37	2.316.223,38
		2.979.581,61	2.335.540,65
PASSIVO CORRENTE:			
Fornecedores	29	1.045.294,01	746.219,01
Estado e outros entes públicos	32,6	48.328,91	20.631,56
Financiamentos obtidos	29	4.366.700,36	5.018.061,35
Outras dívidas a pagar	32,6	62.441,72	65.566,69
		5.522.765,00	5.850.478,61
Total do passivo		8.502.346,61	8.186.019,26
TOTAL DO CAPITAL PRÓPRIO E DO PASSIVO		12.972.545,27	12.440.804,69

O CONTABILISTA CERTIFICADO
Antônio Augusto Jesus Santos

O CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO
Jorge Armando Mendes Loureiro
Antônio Augusto Amaral Loureiro e Santos
Humberto Marques Dias
Hernâni da Seca Martins Pereira
João Vicente Lourenço

DEMONSTRAÇÃO DOS RESULTADOS

Rendimentos e Gastos	Notas	PERÍODOS	
		2016	2015
Vendas e serviços prestados	22.2	46.359.219,43	51.073.136,77
Subsídios à exploração.	24.2	2.879,23	1.310,95
Variação nos inventários da produção	32.6.8	4.065,49	-6.062,21
Custo das mercadorias vendidas e das mat. Consumidas	32.6.7	-45.850.836,51	-50.688.949,20
Fornecimentos e serviços externos	32.6.3	-368.243,93	-401.042,67
Gastos com o pessoal	32.6.4	-342.768,30	-291.228,05
Imparidade de dívidas a receber (perdas/reversões)	14.2	-66.073,57	-42.952,07
Provisões (aumentos/reduções)	23.1	-219.316,97	-19.317,27
Outros rendimentos	32.6.6	1.248.941,63	1.219.779,35
Outros gastos	32.6.5	-64.121,05	-41.640,62
Resultados antes de depreciações, gastos de financiamento e impostos		703.745,45	803.034,98
Gastos/reversões de depreciação e de amortização.	9.5	-129.569,07	-123.604,05
Resultado operacional (antes de gastos de financiamento e impostos)		574.176,38	679.430,93
Juros e rendimentos similares obtidos.	32.6.9	2.472,38	6.508,22
Juros e gastos similares suportados	32.6.10	-101.043,67	-212.782,33
Resultado antes de impostos		475.605,09	473.156,82
Imposto sobre o rendimento do período.	27.3	-120.191,86	-117.155,13
Resultado líquido do período		355.413,23	356.001,69
Resultado das actividades descontinuadas (líquido de impostos) incluído no resultado líquido do período		0,00	0,00

O CONTABILISTA CERTIFICADO
António Augusto Jesus Santos

O CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO
Jorge Armando Mendes Loureiro
António Augusto Amaral Loureiro e Santos
Humberto Marques Dias
Hernâni da Seca Martins Pereira
João Vicente Lourenço

DEMONSTRAÇÃO DE RESULTADOS POR FUNÇÕES

Rubricas	Notas	PERÍODOS	
		2016	2015
Vendas e serviços prestados		46.359.219,43	51.073.136,77
Custo das vendas e dos serviços prestados		-45.853.258,62	-50.718.596,61
Resultado bruto		505.960,81	354.540,16
Outros rendimentos		1.251.820,86	1.221.090,30
Gastos de distribuição		-7.494,96	-21.726,50
Gastos administrativos		-1.121.330,61	-842.104,75
Outros gastos		-54.779,72	-32.368,28
Resultado operacional (antes de gastos de financiamento e impostos)		574.176,38	679.430,93
Gastos de financiamento (líquidos)		-98.571,29	-206.274,11
Resultado antes de impostos		475.605,09	473.156,82
Imposto sobre o rendimento do período		-120.191,86	-117.155,13
Resultado líquido do período		355.413,23	356.001,69
		0,89	0,89
Resultado das actividades descontinuadas (líquido de impostos) incluído no resultado líquido do período		0,00	0,00

O CONTABILISTA CERTIFICADO
António Augusto Jesus Santos

O CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO
Jorge Armando Mendes Loureiro
António Augusto Amaral Loureiro e Santos
Humberto Marques Dias
Hernâni da Seca Martins Pereira
João Vicente Lourenço

DEMONSTRAÇÃO DOS FLUXOS DE CAIXA (MÉTODO DIRECTO)

	2016		2015	
ACTIVIDADES OPERACIONAIS:				
Recebimentos de clientes	50.115.445,18		56.086.544,48	
Pagamentos a fornecedores	-48.766.537,10		-54.444.592,32	
Pagamentos ao pessoal	-195.708,05		-168.588,81	
Fluxo gerado pelas operações	1.153.200,03		1.473.363,35	
Pagamento/Recebimento do imposto sobre o rendimento	-76.765,02		-153.052,97	
Outros recebimentos/pagamentos da actividade operacional	-917.058,38		-688.999,19	
Fluxos das actividades operacionais (1)	159.376,63		631.311,19	
ACTIVIDADES DE INVESTIMENTO:				
Recebimentos provenientes de:				
Activos fixos tangíveis	350.000,00		50.439,00	
Investimentos financeiros	0,00		6.358,90	
Juros e rendimentos similares	101,36		8.511,76	
Dividendos	2.371,02	352.472,38	6.396,46	71.706,12
Pagamentos respeitantes a:				
Investimentos financeiros	0,00		-190,00	
Activos fixos tangíveis	-169.640,82	-169.640,82	-146.675,58	-146.675,58
Fluxos das actividades de investimento (2)	182.831,56		-75.159,46	
ACTIVIDADES DE FINANCIAMENTO				
Recebimentos provenientes de:				
Financiamentos obtidos	54.928.165,05	54.928.165,05	55.964.037,51	55.964.037,51
Pagamentos respeitantes a:				
Financiamentos obtidos	-55.217.702,58		-56.456.442,69	
Juros e gastos similares	-118.493,66		-217.911,02	
Dividendos	-101.985,14	-55.438.181,38	-101.521,26	-56.775.874,97
Fluxos das actividades de financiamento (3)	-510.016,33		-811.837,46	
Varição de caixa e seus equivalentes (4) = (1) + (2) + (3)		-167.808,14		-255.685,73
Caixa e seus equivalentes no início do período		399.556,79		655.242,52
Caixa e seus equivalentes no fim do período		231.748,65		399.556,79

O CONTABILISTA CERTIFICADO
António Augusto Jesus Santos

O CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO
Jorge Armando Mendes Loureiro, António Augusto Amaral Loureiro e Santos
Humberto Marques Dias, Hernâni da Seca Martins Pereira, João Vicente Lourenço

DEMONSTRAÇÃO DAS ALTERAÇÕES NO CAPITAL PRÓPRIO EM 2015

(EUROS)

CAPITAL PRÓPRIO ATRIBUÍDO AOS DETENTORES DO CAPITAL

DESCRIÇÃO	Notas	Capital realizado	Ações (quotas próprias)	Outros instrumentos de capital próprio	Prémios de emissão	Reservas legais	Outras reservas	Resultados transitados	Ajustamentos em ativos financeiros	Excedentes de revalorização	Outras variações no capital próprio	Resultado líquido do período	Total	Interesses minoritários	Total do Capital próprio
Posição no início de 2015 (1)		2.000.000,00			243.646,50	144.500,00	1.304.665,92					345.971,32	4.038.783,74		4.038.783,74
ALTERAÇÕES NO PERÍODO															
Primeira adoção de novo referencial contabilístico															
Alterações de políticas contabilísticas. Diferenças de conversão de demonstrações financeiras															
Realização do excedente de revalorização de ativos fixos															
tangíveis e intangíveis. Excedentes de revalorização de ativos fixos tangíveis e															
intangíveis e respetivas variações															
Ajustamentos por impostos diferidos. Outras alterações reconhecidas no capital próprio															
(2)															
RESULTADO LÍQUIDO DO PERÍODO 2015 (3)												356.001,69	356.001,69		356.001,69
RESULTADO INTEGRAL 4= (2+3)												356.001,69	356.001,69		356.001,69
OPERAÇÕES COM DETENTORES DE CAPITAL NO PERÍODO															
Realização de capital															
Realizações de prémios de emissão. Distribuições															
Entradas para cobertura de perdas															
Outras operações						25.000,00	180.971,32					-345.971,32	-140.000,00		-140.000,00
(5)						25.000,00	180.971,32					-345.971,32	-140.000,00		-140.000,00
POSIÇÃO NO FIM DE 2015 6= (1+2+3+5)		2.000.000,00			243.646,50	169.500,00	1.485.637,24					356.001,69	4.254.785,43		4.254.785,43

DEMONSTRAÇÃO DAS ALTERAÇÕES NO CAPITAL PRÓPRIO EM 2016

(EUROS)

CAPITAL PRÓPRIO ATRIBUÍDO AOS DETENTORES DO CAPITAL

DESCRIÇÃO	Notas	Capital realizado	Ações (quotas próprias)	Outros instrumentos de capital próprio	Prémios de emissão	Reservas legais	Outras reservas	Resultados transitados	Ajustamentos em ativos financeiros	Excedentes de revalorização	Outras variações no capital próprio	Resultado líquido do período	Total	Interesses minoritários	Total do Capital próprio
Posição no início de 2016 (1)		2.000.000,00			243.646,50	169.500,00	1.485.637,24					356.000,69	4.254.785,43		4.254.785,43
ALTERAÇÕES NO PERÍODO															
Primeira adoção de novo referencial contabilístico															
Alterações de políticas contabilísticas. Diferenças de conversão de demonstrações financeiras															
Realização do excedente de revalorização de ativos fixos															
tangíveis e intangíveis. Excedentes de revalorização de ativos fixos tangíveis e															
intangíveis e respetivas variações															
Ajustamentos por impostos diferidos. Outras alterações reconhecidas no capital próprio															
(7)															
RESULTADO LÍQUIDO DO PERÍODO 2016 (8)												355.413,23	355.413,23		355.413,23
RESULTADO INTEGRAL 9= (7+8)												355.413,23	355.413,23		355.413,23
OPERAÇÕES COM DETENTORES DE CAPITAL NO PERÍODO															
Realização de capital															
Realizações de prémios de emissão. Distribuições															
Entradas para cobertura de perdas															
Outras operações						25.000,00	191.001,69					-356.001,69	-140.000,00		-140.000,00
(10)						25.000,00	191.001,69					-356.001,69	-140.000,00		-140.000,00
POSIÇÃO NO FIM DE 2016 (6+7+8+10)		2.000.000,00			243.646,50	194.500,00	1.676.638,93					355.413,23	4.470.198,66		4.470.198,66

O CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO

O CONTABILISTA CERTIFICADO
António Augusto Jesus Santos

Jorge Armando Mendes Loureiro, António Augusto Amaral Loureiro e Santos
Humberto Marques Dias, Hernâni da Seca Martins Pereira, João Vicente Lourenço



ANEXO ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

EXERCÍCIO DE 2016

1 / IDENTIFICAÇÃO DA ENTIDADE

A empresa “UNIMADEIRAS – Produção, Comércio e Exploração Florestal, S.A.”, contribuinte nº 500293066, é uma sociedade anónima constituída em 14/10/1974, com sede social no Areeiro, freguesia e concelho de Albergaria-a-Velha, tendo como actividade principal o comércio por grosso de madeira em bruto (CAE 46731).

A empresa não pertence a qualquer Grupo, pelo que, em conformidade, as presentes demonstrações financeiras da Empresa são as suas demonstrações financeiras individuais.

2 / REFERENCIAL CONTABILÍSTICO DE PREPARAÇÃO DAS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

2.1 - Referencial contabilístico:

As presentes demonstrações financeiras foram preparadas no pressuposto da continuidade das operações, a partir dos registos contabilísticos da empresa e de acordo com as Normas Contabilísticas e de Relato Financeiro (NCRF) previstas pelo Sistema de Normalização Contabilística (SNC), regulado pelos seguintes diplomas legais:

- Decreto-Lei nº 158/2009, de 13 de Julho (Sistema de Normalização Contabilística)
- Portaria nº 220/2015, de 24 de Julho (Modelos de Demonstrações Financeiras)
- Portaria nº 218/2015, de 23 de Julho (Código de Contas)
- Aviso nº 8254/2015, de 29 de Julho (Estrutura Conceptual)
- Aviso nº 8256/2015, de 29 de Julho (Normas Contabilísticas e de Relato Financeiro)

2.2 - Indicação e justificação das disposições do SNC que, em casos excepcionais, tenham sido derogadas:

Nos períodos abrangidos pelas presentes demonstrações financeiras não foram derogadas quaisquer disposições do SNC.

2.3 - Indicação e comentário das contas do balanço e da demonstração dos resultados, cujos conteúdos não sejam compatíveis com os do período anterior:

Os valores constantes das demonstrações financeiras do período findo em 31 de Dezembro de 2016 são comparáveis em todos os aspectos significativos com os valores do exercício de 2015.

4 / PRINCIPAIS POLÍTICAS CONTABILÍSTICAS

4.1 - Bases de mensuração usadas na preparação das demonstrações financeiras:

ACTIVOS INTANGÍVEIS (NCRF 6):

Os activos intangíveis, que compreendem apenas a rubrica Programas de computadores, encontram-se registados ao custo de aquisição, deduzido das amortizações acumuladas. A taxa de amortização praticada (33,33%) correspondeu ao período de vida útil estimada de 3 anos.

ACTIVOS FIXOS TANGÍVEIS (NCRF 7):

Os activos fixos tangíveis adquiridos até 31 de Dezembro de 2009 encontram-se registados ao seu custo de aquisição, de acordo com os princípios contabilísticos geralmente aceites em Portugal até àquela data, deduzido das amortizações acumuladas.

Os activos fixos tangíveis adquiridos após aquela data encontram-se registados ao custo de aquisição, deduzido das depreciações acumuladas.

As depreciações são calculadas, após a data em que os bens estejam disponíveis para serem utilizados, pelo método da linha recta em conformidade com o período de vida útil estimado para cada grupo de bens.

As taxas de depreciação praticadas correspondem aos seguintes períodos de vida útil estimada:

Edifícios administrativos/comerciais (adquiridos em estado de novo)	50 anos
Edifícios administrativos/comerciais (adquiridos em estado de uso)	40 anos
Outros edifícios – industriais (adquiridos em estado de uso)	15 anos
Viaturas ligeiras (de mercadorias e passageiros)	4 anos
Equipamento administrativo (aparelhagem e máquinas electrónicas)	5 anos
Equipamento administrativo (computadores)	3 anos
Equipamento administrativo (outro)	8 anos

INVESTIMENTOS FINANCEIROS:

Não existem investimentos financeiros em subsidiárias ou associadas.

Outros investimentos financeiros:

- Participações de capital: encontram-se registadas ao custo de aquisição
- Empréstimos concedidos: encontram-se registados ao custo
- Outros: encontram-se registados ao custo de aquisição.

CUSTOS DE EMPRÉSTIMOS OBTIDOS (NCRF 10):

Os custos de empréstimos obtidos foram considerados, na totalidade, como gastos do período, na ausência de situação que implicasse tratamento diferente.

AGRICULTURA (NCRF 17):

Activos biológicos:

Na impossibilidade de mensurar de forma fiável o justo valor, a empresa mensurou estes activos pelo custo de aquisição, não se registando qualquer depreciação ou perda por imparidade.

MATÉRIAS AMBIENTAIS (NCRF 26):

A empresa reconhece uma operação – remoção dos desperdícios acumulados – que resulta da sua actividade económica quando há lugar ao corte de árvores das suas próprias matas.

Nesta situação, o que tem acontecido é serem os compradores do produto a suportar quer os custos do corte, quer os subsequentes, nomeadamente os resultantes da remoção dos desperdícios acumulados.

INSTRUMENTOS FINANCEIROS (NCRF 27):

Os instrumentos financeiros encontram-se valorizados de acordo com os seguintes critérios:

Clientes e outras dívidas de terceiros

As dívidas de clientes ou de outros terceiros foram registadas ao custo (isto é, pelo seu valor nominal).

No fim do período foram analisadas as contas de clientes e outras contas a receber, de forma a avaliar se existia alguma evidência objectiva de que não fossem recuperáveis. Nesta conformidade, foram reconhecidas no fim do período algumas perdas por imparidade.

Fornecedores

As dívidas a fornecedores ou a outros terceiros foram registadas ao custo (isto é, pelo seu valor nominal)

Empréstimos

Os empréstimos, utilizando uma das opções da NCRF 27, foram registados no passivo pelo custo.

4.3 - Juízos de valor que o órgão de gestão fez no processo de aplicação das políticas contabilísticas e que tiveram maior impacto nas quantias reconhecidas nas demonstrações financeiras:

Na preparação das demonstrações financeiras, o Conselho de Administração baseou-se no melhor conhecimento e na experiência de eventos passados e correntes, considerando determinados pressupostos relativos a eventos futuros.

4.5 - Principais fontes de incerteza das estimativas:

As estimativas são baseadas no melhor conhecimento existente em cada momento e nas acções que se planeiam realizar, sendo periodicamente revistas com base na informação disponível. As alterações nos factos e circunstâncias podem conduzir à revisão das estimativas, pelo que os resultados reais poderão diferir daquelas estimativas.

5 / FLUXOS DE CAIXA

5.1 - Os meios financeiros líquidos (Caixa e seus equivalentes), constantes do Balanço em 31 de Dezembro de 2016, estão totalmente disponíveis para uso.

5.2 - Os meios financeiros líquidos são constituídos exclusivamente por depósitos à ordem.

8 / ACTIVOS INTANGÍVEIS

a) A empresa detém um único tipo de activos intangíveis:

Programas de computador

Modo como caracterizamos este activo intangível:

- vida útil finita
- período de vida útil estimada = 3 anos
- taxa de amortização praticada = 33,33%

b) Como método de amortização foi usado o método da linha recta.

c) A quantia bruta escriturada e amortização acumulada, no começo e fim do período:

	Quantia bruta escriturada	Amortização acumulada	Quantia bruta escriturada	Amortização acumulada
	31/12/2015	31/12/2015	31/12/2016	31/12/2016
Programas de computador	9.621,43	9.221,00	9.621,43	9.621,43

d) O valor das amortizações relativas a activos intangíveis incluídas na rubrica “Gastos/reversões de depreciação e de amortização” da demonstração de resultados ascende a:

	2015	2016
Programas de computador	400,44	400,43

e) Os movimentos na rubrica activos intangíveis, durante os anos 2015 e 2016, são os que se seguem:

	31/12/2015	Adições	31/12/2016
Programas de computador	9.621,43	0,00	9.621,43
Activo intangível bruto	9.621,43	0,00	9.621,43
Amortizações acumuladas	9.221,00	400,43	9.621,43
Activo intangível líquido	400,43	-400,43	0,00

9 / ACTIVOS FIXOS TANGÍVEIS

9.1 - Divulgações sobre activos fixos tangíveis:

a) Bases de mensuração:

Os activos tangíveis estão valorizados de acordo com o modelo do custo, segundo o qual um item do activo fixo tangível é escriturado pelo seu custo menos depreciações e quaisquer perdas por imparidade acumuladas.

b) Método de depreciação usado:

A empresa deprecia os seus bens do activo fixo tangível de acordo com o método da linha recta. De acordo com este método, a depreciação é constante durante a vida útil do activo se o seu valor residual não se alterar.

c) Vidas úteis e taxas de depreciação usadas:

As depreciações do período são calculadas tendo em consideração as seguintes vidas úteis e taxas de depreciação:

Activos tangíveis	Vida útil	Taxa de depreciação
Edifícios administrativos/comerciais (adquiridos em estado de novo)	50 anos	2%
Edifícios administrativos/comerciais (adquiridos em estado de uso)	40 anos	2,5%
Outros edifícios – industriais (adquiridos em estado de uso)	15 anos	6,66%
Viaturas ligeiras (mercadorias e passageiros)	4 anos	25%
Equipamento administrativo (aparelhagem e máquinas electrónicas)	5 anos	20%
Equipamento administrativo (computadores)	3 anos	33,33%
Equipamento administrativo (outro)	8 anos	12,5%

a) / e) Reconciliação da quantia escriturada no início e no fim do período:

	Terrenos	Edifícios e Outras const.	Equipamento de transporte	Equipamento Administrativo	Outros AFT	AFT em curso	TOTAL
QUANTIA ESCRITURADA BRUTA:							
Saldo em 31/12/2015	2.012.569,77	1.590.229,98	119.700,08	123.374,83	99.195,62	106.231,22	4.051.301,50
Adições	7.674,00	318.577,36		12.426,22		210.546,14	549.223,72
Alienações (abates)	8.076,50	31.086,97			3.724,73		42.888,20
Transferências						316.777,36	316.777,36
Saldo em 31/12/2016	2.012.167,27	1.877.720,37	119.700,08	135.801,05	95.470,89	0,00	4.240.859,66
DEPRECIACIONES ACUMULADAS:							
Saldo em 31/12/2015		405.927,95	97.825,08	100.612,54	92.048,78		696.414,35
Adições		96.299,12	15.062,50	11.225,25	6.581,77		129.168,64
Alienações (abates)		25.028,20			3.724,73		28.752,93
Transferências							
Saldo em 31/12/2016		477.198,87	112.887,58	111.837,79	94.905,82		796.830,06
Quantia escriturada líquida em 31/12/2015	2.012.569,77	1.184.302,03	21.875,00	22.762,29	7.146,84	106.231,22	3.354.887,15
Quantia escriturada líquida em 31/12/2016	2.012.167,27	1.400.521,50	6.812,50	23.963,26	565,07	0,00	3.444.029,60

9.5 - O valor das depreciações relativas a activos fixos tangíveis incluídas na rubrica “gastos de depreciação e de amortização” – conta 64.2, ascende a:

	2016	2015
Edifícios e outras construções	96.299,12	75.303,62
Equipamento de transporte	15.062,50	15.062,50
Equipamento administrativo	11.225,25	9.158,12
Outros AFT	6.581,77	23.679,37
TOTAIS	129.168,64	123.203,61

12 / CUSTOS DE EMPRÉSTIMOS OBTIDOS

Os custos de empréstimos obtidos foram considerados, na totalidade, como gastos do período, isto na ausência de situação que implicasse tratamento diferente.

14 / IMPARIDADE DE ACTIVOS

14.1 - Para cada classe de activos:

a) e b) Quantia de perdas por imparidade reconhecidas nos resultados durante o período (rubrica “Imparidade de dívidas a receber” na demonstração de resultados), conforme quadro seguinte:

Imparidades reconhecidas	Saldo inicial	Reforço	Utilização	Reversão	Saldo final
EM DÍVIDAS A RECEBER:					
Clientes	327.407,40	64.278,06	0,00	184,50	391.500,96
Outros devedores	90.011,59	9.436,18	0,00	7.456,17	91.991,60
TOTAIS	417.418,99	73.714,24	0,00	7.640,67	483.492,56

14.2 - Perdas por imparidade ou reversões de perdas por imparidade reconhecidas durante o período:

a) Os principais motivos que levaram ao reconhecimento das perdas por imparidade identificadas no quadro acima, foram:

- existência de créditos em situação de mora
- existência de créditos em situação de contencioso
- dificuldades reconhecidas na tentativa de cobrança

As reversões de perdas por imparidade, reconhecidas no exercício e constantes do quadro acima, aconteceram porque conseguimos cobrar créditos para os quais reconhecemos perdas por imparidade em exercícios anteriores.

19 / AGRICULTURA

19.1 - Descrição de cada grupo de activos biológicos:

Os activos biológicos da empresa são constituídos por um único grupo:

Activos biológicos	Árvores em plantação florestal
Produto agrícola	Troncos (toros)
Produto pós colheita	Madeira em bruto e pasta de papel

A empresa não considera os terrenos, relacionados com a actividade agrícola, como activos biológicos.

19.2 - Medidas ou estimativas não financeiras usadas na quantificação física de cada um dos grupos de activos biológicos no fim do período.

A empresa utilizou a seguinte base de medidas/estimativas para determinação das quantidades de activos biológicos na sua posse a 31 de Dezembro de 2016:

Localização dos activos biológicos	Hectares	Ton./hectar	Total(ton.)	CUSTO	Custo/ton.
Albergaria-a-Velha (Zona Industrial) (37.1201)	2,8810	80,70	232,50	1.645,45	7,07
Albergaria-a-Velha (Srª do Socorro) (37.1202)	0,0600	50,00	3,00	98,76	32,92
Macinhata (Ródão) (37.1211)	7,3842	282,17	2.083,60	16.962,96	8,14
Marinha das Ondas (Arneiro Sul) (37.1213)	0,6217	197,36	122,70	1.360,05	11,08
Macinhata (Boiça) (37.1218)	0,5754	267,12	153,70	2.293,43	14,92
Canas de Stª Maria (Ribeira) (37.1223)	71,6600	167,79	12.023,83	141.392,25	11,76
Foios (Concheirinha) (37.1236)	13,1056	143,34	1.878,56	25.000,00	13,31
Foios (Concheirinha) (37.1237)	28,7793	88,76	2.554,45	28.500,00	11,16
			19.052,34	217.252,90	11,40

19.3 - Métodos e pressupostos significativos aplicados na determinação do justo valor de cada um dos grupos de activos biológicos e de cada um dos grupos do produto agrícola no ponto de colheita.

Na impossibilidade de mensurar de forma fiável o justo valor, a empresa mensurou os activos biológicos pelo custo de aquisição, conforme quadro apresentado em 19.2), não se registando qualquer depreciação ou perda por imparidade.

A empresa valoriza os seus produtos agrícolas, colhidos dos activos biológicos, pelo seu justo valor menos os custos estimados no ponto de venda no momento da colheita.

Os principais métodos usados para determinação do justo valor foram:

Produtos agrícolas	Método de agrupamento	Critério de determinação do justo valor	Justo valor no momento da colheita
Madeira em bruto (toros de eucalipto)	Eucalipto	Preço mais recente de transacção no mercado	52.646,44

19.4 - Justo valor menos os custos estimados no ponto de venda do produto agrícola colhido durante o período, determinado no momento da colheita.

Os produtos agrícolas foram valorizados da seguinte forma:

Produtos agrícolas	Valor de mercado do produto agrícola no momento da colheita	Custos estimados no ponto de venda	Justo valor menos custos estimados no momento da colheita
Madeira em bruto (toros de eucalipto)	52.646,44	18.043,11	34.603,33

Nota: Os produtos agrícolas colhidos no período de 2016 foram todos vendidos no mesmo período.

22 / RÉDITO

22.1 - Políticas contabilísticas adoptadas para o reconhecimento do rédito

O rédito é valorizado pelo justo valor da contraprestação recebida ou a receber.

O rédito proveniente da venda de bens é reconhecido quando todas as seguintes condições são satisfeitas:

- todos os riscos e vantagens da propriedade dos bens foram transferidos para o comprador;
- a Entidade não mantém qualquer controlo sobre os bens vendidos;
- o montante do rédito pode ser valorizado com fiabilidade;
- é provável que benefícios económicos futuros associados à transacção fluam para a Entidade;
- os custos suportados ou a suportar com a transacção podem ser valorizados com fiabilidade.

O rédito proveniente de dividendos é reconhecido a partir do momento em que se estabelece o direito do accionista a receber o pagamento.

22.2 - Quantia de cada categoria significativa de rédito reconhecida durante o período:

Rubricas	2016	2015
VENDAS:		
Mercado interno	46.359.219,43	51.062.703,67
Mercado externo (Bélgica)	0,00	1.880,00
TOTAL DAS VENDAS	46.359.219,43	51.064.583,67
DIVIDENDOS	2.371,02	6.396,46
Total das categorias significativas de rédito	46.361.590,45	51.070.980,13

23 / PROVISÕES, PASSIVOS CONTINGENTES E ACTIVOS CONTINGENTES

23.1 - Divulgações para cada classe de provisão:

a) e b)

Provisão	Saldo inicial	Reforço	Utilização	Reversão	Saldo final
Provisão para impostos	19.317,27	219.316,97	0,00	0,00	238.634,24
TOTAIS	0,00	219.316,97	0,00	0,00	238.634,24

Esta provisão constituída em 2015, foi reforçada em 2016 por força de uma liquidação de IVA efectuada pela Autoridade Tributária (AT), baseada na não aceitação da dedução do IVA nas compras a determinados fornecedores (nº 4 do art.º 19º do CIVA).

A Unimadeiras apresentou recurso desta decisão da AT, por considerar inaceitáveis os motivos invocados.

24 / SUBSÍDIOS DO GOVERNO E OUTROS APOIOS DAS ENTIDADES PÚBLICAS

24.2 - A Unimadeiras recebeu do Instituto do Emprego e Formação Profissional, em 2016, o montante de 2.879,23 euros, a título de subsídios de exploração.

Este montante está associado a um estágio profissional que decorreu na empresa.

26 / ACONTECIMENTOS APÓS A DATA DO BALANÇO

26.1 - Autorização para emissão

As demonstrações financeiras foram aprovadas pelo Conselho de Administração no dia 25 de Fevereiro de 2017. No entanto, os accionistas poderão em Assembleia Geral não aprovar as presentes demonstrações e solicitar alterações.

26.2 - Actualização da divulgação acerca das condições à data do balanço

Entre a data do balanço e a data da autorização para emissão das demonstrações financeiras, não ocorreram ou não houve informação acerca de quaisquer factos relevantes que pudessem significar alteração da situação à data do balanço, pelo que não foram efectuados ajustamentos das quantias reconhecidas nas presentes demonstrações financeiras.

27 / IMPOSTOS SOBRE O RENDIMENTO

27.1 - Principais componentes de gastos/rendimentos de impostos

	2016	2015
Impostos correntes	120.191,86	117.155,13
Imposto sobre o rendimento do período	120.191,86	117.155,13

27.3 - Relacionamento entre gasto/rendimento de impostos e lucro contabilístico

APURAMENTO DO LUCRO TRIBUTÁVEL		2016	%
Resultado antes de impostos (lucro contabilístico)	1	475.605,09	100,00
Custos não dedutíveis	2	355.128,82	
Proveitos dedutíveis	3	343.741,45	
Benefícios fiscais	4	2.002,52	
Correcções ao resultado antes de impostos	5 = 2-3-4	9.384,85	1,97
Lucro tributável	= 1+5	484.989,94	101,97

CÁLCULO DO IMPOSTO	Base fiscal	Taxa	Imposto de 2016
IRC: Escalão para PME	15.000,00	17%	2.550,00
IRC: Escalão para o excedente	469.989,94	21%	98.697,88
Derrama	484.989,94	1,25%	6.062,37
Tributações autónomas:			
Despesas de representação	32.752,20	10%	3.275,22
Viaturas ligeiras de passageiros e de mercadorias	9.621,02	10%	962,10
Viaturas ligeiras de passageiros e de mercadorias	28.245,65	27,5%	7.767,55
Abonos por deslocações em viatura própria	17.534,97	5%	876,74
Imposto sobre o rendimento do período (IRC)			120.191,86

27.4 - Explicação de alterações na taxa de imposto aplicável comparada com o período contabilístico anterior

Descrição	2016	2015
1 Resultado contabilístico do período (antes de impostos)	475.605,09	473.156,82
2 Imposto corrente (antes das tributações autónomas)	107.310,25	104.682,49
3 Imposto diferido	0,00	0,00
4 Tributações autónomas:	12.881,61	12.472,64
5 Imposto sobre o rendimento do período = 2+3+4	120.191,86	117.155,13
6 Taxa efectiva de imposto = 5/1	25,27%	24,76%

O imposto sobre o rendimento (IRC) subiu de 117.155,13 euros em 2015 para 120.191,86 euros em 2016, correspondendo neste último exercício a uma taxa efectiva de imposto de 25,27%, contra 24,76% em 2015.

A principal razão para a variação da taxa efectiva de imposto ficou a dever-se ao reforço da provisão para impostos em 2016 (custo contabilístico que não é custo fiscal).

28 / MATÉRIAS AMBIENTAIS

A empresa reconhece uma operação – remoção dos desperdícios acumulados – que resulta da sua actividade económica quando há lugar ao corte de árvores das suas próprias matas.

Nesta situação, o que tem acontecido até à presente data é serem os compradores do produto a suportar quer os custos do corte, quer os subsequentes, nomeadamente os resultantes da remoção dos desperdícios acumulados.

A empresa tem-se limitado a uma acção de acompanhamento das operações, de forma a garantir, tanto quanto possível, a melhor preservação do meio ambiente e o restabelecimento das normais condições de exploração no futuro.

29 / INSTRUMENTOS FINANCEIROS

28.1 - Bases de mensuração

A totalidade dos instrumentos financeiros da empresa é mensurada ao custo.

2 - Quantia escriturada de cada uma das categorias de activos financeiros e passivos financeiros

d) Financiamentos obtidos (conta 25)

Os financiamentos obtidos (financiamentos da Banca), considerando a sua exigibilidade, foram repartidos por:

- Passivo não corrente (exigibilidade superior a 1 ano)
= 2.740.947,37
 - Passivo corrente (exigibilidade até 1 ano)
= 4.366.700,36
- TOTAL = 7.107.647,73**

A situação financeira da Unimadeiras permitiu a antecipação de pagamentos à Banca em 2016, de prestações que se venciam posteriormente a 31/12/2016, no valor total de 518.382,73 euros.

g) Activos financeiros e passivos financeiros com reconhecimento de imparidade

Activos/passivos financeiros em 31/12/2016	Valor bruto	Imparidade	Valor líquido
21.11 - Clientes gerais (devedores)	(+) 7.486.215,91	(-) 8.727,56	(+) 7.477.488,35
21.7 - Clientes de cobrança duvidosa	(+) 408.353,17	(-) 382.773,40	(+) 25.579,77
22.11 – Fornecedores gerais (credores)	(-) 1.045.294,01	0,00	(-) 1.045.294,01
22.11 – Fornecedores gerais (devedores)	(+) 72.658,28	(-) 71.116,58	(+) 1.541,70
22.8 - Adiantamentos a fornecedores	(+) 144.469,43	(-) 20.875,02	(+) 123.594,41
TOTAIS	(+) 7.066.402,78	(-) 483.492,56	(+) 6.582.910,22

As imparidades consideradas a 31 de Dezembro de 2016 devem-se a evidências objectivas de dificuldades financeiras dos respectivos devedores.

29.16 - Acções representativas do capital social

A 31 de Dezembro de 2016 a empresa detinha um capital social de 2.000.000,00 euros, totalmente realizado, representado pela emissão de 400.000 acções ordinárias nominativas, com o valor nominal de 5 euros cada.

Não existem quaisquer direitos preferenciais, nem restrições, associados à distribuição de dividendos ou ao exercício do direito de voto.

Não existem acções próprias.

29.23 - Investimentos Financeiros (conta 41)

Investimentos financeiros	31/12/2016
41.41 Participações de capital:	
CCAM Albergaria = 1.693 títulos de capital x 5 euros	8.465,00
PORTUCEL = 10.000 acções x 1,43 euros	14.300,00
CENTRO PINUS = 3 un. de participação x 498,80 euros	1.496,40
NORGARANTE = 23.430 acções x 1 euro	23.430,00
LISGARANTE = 2.500 acções x 1 euro	2.500,00
AGROGARANTE = 31.910 acções x 1 euro	31.910,00
AC. GARVAL = 2.500 acções x 1 euro	2.500,00
Subtotal	84.601,40
41.42 Empréstimos concedidos:	
SEMA – Associação Empresarial = 1 título de empréstimo	500,00
Subtotal	500,00
41.51 Fundo Compensação do Trabalho (FCT)	647,49
Subtotal	647,49
TOTAL	85.748,89

Estes investimentos estão registados ao custo de aquisição e permaneceram inalterados ao longo de 2016, com excepção do investimento no Fundo de Compensação do Trabalho que sofreu um aumento de 302,68 euros.

31 / DIVULGAÇÕES EXIGIDAS POR DIPLOMAS LEGAIS

■ Declaramos que o total dos honorários facturados durante 2016 pelo Revisor Oficial de Contas foi de 13.152,00 euros.

■ Declaramos que não existe qualquer dívida em mora ao sector Estado e Outros Entes Públicos, nomeadamente à Segurança Social e ao Estado.

■ De acordo com o Código das Sociedades Comerciais, informamos de que não foram concedidas quaisquer autorizações para negócios entre a Sociedade e os seus Administradores.

■ Não se registaram factos ambientais, nem laborais, dignos de relevância.

■ Não foram executadas quaisquer actividades de investigação e desenvolvimento.

32 / OUTRAS INFORMAÇÕES

32.2 - Rendimentos e gastos cuja dimensão ou incidência são excepcionais, verificados no exercício

	Conta	Valor
Rendimentos:		
Mais-valias na transmissão de activo fixo tangível	78.71	335.864,73
Gastos:		
Provisão para impostos	67.1	219.316,97

32.4 - A proposta de aplicação dos resultados consta do Relatório de Gestão.

32.6.1 - Estado e outros entes públicos (conta 24)

Rubricas		31/12/2016	31/12/2015
Imposto sobre o rendimento	(24.1)	0,00	870,02
Imposto sobre o valor acrescentado (IVA)	(24.3)	278.418,65	111.091,62
TOTAL DO ACTIVO		278.418,65	111.961,64
Imposto sobre o rendimento	(24.1)	24.945,77	0,00
Retenção de impostos sobre rendimentos	(24.2)	10.066,14	9.490,26
Contribuições para a Segurança Social	(24.5)	13.273,15	11.128,45
Outras tributações	(24.8)	43,85	12,85
TOTAL DO PASSIVO		48.328,91	20.631,56

32.6.2 - Diferimentos

Rubricas		31/12/2016	31/12/2015
Gastos a reconhecer:			
Prémios de seguro		2.346,27	2.357,15
Outros encargos		242.212,24	21.496,04
TOTAL		244.558,51	23.853,19

Na rubrica “Outros encargos”, no exercício de 2016, está incluída uma liquidação de IVA apurada pela Autoridade Tributária, no valor de 219.316,97 euros, cuja anulação, pela via judicial, consideramos de probabilidade média.

32.6.3 - Fornecimentos e serviços externos (conta 62)

Rubricas	2016	2015
Trabalhos especializados	108.671,15	104.612,49
Publicidade e propaganda	5.036,40	21.063,40
Vigilância e segurança	0,00	0,00
Honorários	86.258,29	95.968,41
Conservação e reparação	18.345,98	17.871,72
Ferramentas e utensílios de desgaste rápido	29,59	45,96
Livros e documentação técnica	231,77	731,77
Material de escritório	27.150,69	30.828,90
Artigos para oferta	2.458,56	663,10
Electricidade	9.885,44	8.083,57
Combustíveis	15.276,22	16.435,73
Água	999,82	793,46
Deslocações e estadas	33.385,40	26.422,58
Rendas e alugueres	67,17	0,00
Comunicação	10.362,43	24.378,23
Seguros	6.634,42	7.216,25
Contencioso e notariado	120,00	3.069,43
Despesas de representação	32.752,20	34.147,36
Limpeza, higiene e conforto	686,33	2.103,08
Outros serviços	9.892,07	6.607,23
TOTAL	368.243,93	401.042,67

32.6.4 - Gastos com o pessoal (conta 63)

Rubricas	2016	2015
Remunerações dos órgãos sociais	72.660,00	64.380,00
Remunerações do pessoal	207.515,00	171.169,74
Encargos sobre remunerações	57.733,35	49.904,21
Seguro de acidentes no trabalho	4.734,95	4.112,10
Gastos de acção social	0,00	0,00
Outros gastos com o pessoal	125,00	1.662,00
TOTAL	342.768,30	291.228,05

32.6.5 - Outros gastos (conta 68)

Rubricas	2016	2015
Impostos	9.341,33	9.272,34
Descontos de pronto pagamento concedidos	18,49	12,51
Créditos incobráveis	0,00	0,00
Correcções relativas a períodos anteriores	0,00	0,00
Donativos	8.548,00	6.560,00
Quotizações	2.959,04	3.694,04
Juros de mora e compensatórios	0,00	3.203,16
Multas e penalidades	330,00	570,00
Serviços bancários	42.924,19	18.328,57
TOTAL	64.121,05	41.640,62

32.6.6 - Outros rendimentos (conta 78)

Rubricas	2016	2015
Descontos de pronto pagamento obtidos	757,01	336,70
Alienações de activos fixos tangíveis	335.864,73	49.359,59
Rendas	69.500,00	58.800,00
Bónus a receber de clientes	842.583,84	1.087.752,00
Outros	236,05	23.531,06
TOTAL	1.248.941,63	1.219.779,35

32.6.7 - Demonstração do custo das mercadorias vendidas e das matérias consumidas (conta 61) em 31/12/2016

Movimentos	Mercadorias	Activos biológicos
Existências iniciais	0,00	0,00
Compras	45.850.016,45	820,06
Regularização de existências	0,00	0,00
Existências finais	0,00	0,00
Gastos no exercício	45.850.016,45	820,06

32.6.8 - Demonstração das variações nos inventários da produção (conta 73) em 31/12/2016

Movimentos	Activos biológicos
Existências finais	217.252,90
Regularização de existências	0,00
Existências iniciais	213.187,41
Aumentos no exercício	4.065,49

32.6.9 - Juros, dividendos e outros rendimentos similares (conta 79)

Rubricas	2016	2015
Juros de depósitos	101,36	111,76
Dividendos obtidos	2.371,02	6.396,46
TOTAL	2.472,38	6.508,22

32.6.10 - Gastos de financiamento (conta 69)

Rubricas	2016	2015
Juros de financiamentos obtidos	101.043,67	212.782,33

32.6.11 - Outras contas a receber e a pagar (conta 27) em 31/12/2016

Rubricas	Saldos devedores	Saldos Credores
Devedores p/acrécimos de rendimentos	842.583,84	
Remunerações a liquidar		49.978,61
Juros a liquidar		2.500,75
Outros acréscimos de gastos		3.966,71
Outros devedores e credores		5.798,19
TOTAL	842.583,84	62.244,26

32.6.12 - Garantias prestadas

Banco/Beneficiário	Descrição	Valor
Novo Banco (ex-BES)	Garantia pessoal	500.000
Banco Santander	Garantia pessoal	2.887.796
Banco Comercial Português	Garantia pessoal	550.000
Caixa de Crédito Agrícola de Albergaria	Garantia pessoal	600.000
Banco BPI	Garantia pessoal	750.000
Banco Popular	Garantia pessoal	402.000
Banco BIC	Garantia pessoal	600.000
TOTAL		6.289.796

33 / DIVULGAÇÕES ADICIONAIS

33.1 - A resposta, em parte, foi dada no ponto 22.2 (rédito). Complementarmente, informamos que a totalidade dos negócios da empresa em 2016 foi realizada no mercado nacional e inserida no CAE 46731 – Comércio por grosso da madeira em bruto.

33.2 - Temos a referir os honorários pagos ao Revisor Oficial de Contas no ano de 2016, no montante de 13.152,00 euros.

NOTA FINAL

■ Quanto aos itens não respondidos neste Anexo, nada há a assinalar.

Albergaria-a-Velha, 25 de Fevereiro de 2017

O CONTABILISTA CERTIFICADO

António Augusto Jesus Santos

O CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO

Jorge Armando Mendes Loureiro

António Augusto Amaral Loureiro e Santos

Humberto Marques Dias

Hernâni da Seca Martins Pereira

João Vicente Lourenço



RELATÓRIO E PARECER DO CONSELHO FISCAL

Senhores Acionistas:

Em conformidade com a legislação em vigor e com Estatutos da sociedade, vimos submeter à apreciação dos Senhores Acionistas, o relatório sobre a atividade desenvolvida e dar parecer sobre os documentos de prestação de contas do exercício de 2016 da UNIMADEIRAS – Produção, Comércio e Exploração Florestal, S.A., os quais são da responsabilidade do Conselho de Administração da Empresa.

Relatório

No decorrer deste exercício acompanhámos com regularidade a evolução das operações e investimentos da Empresa e procedemos às verificações que considerámos necessárias ao desempenho das funções que nos estão confiadas. Efetuamos reuniões trimestrais conjuntas com o Conselho de Administração, tendo sempre obtido por partes deste Conselho e dos serviços, os esclarecimentos solicitados.

Analisámos os documentos apresentados pelo Conselho de Administração, designadamente o Relatório de Gestão, o Balanço, a Demonstração de Resultados por natureza, a Demonstração das Alterações no Capital Próprio, a Demonstração dos Fluxos de Caixa e os respetivos Anexos.

Apreciamos a Relatório do Revisor Oficial de Contas que integra este conselho. Tomámos conhecimento da Certificação Legal de Contas, cujo teor estamos de acordo.

Parecer

Faca ao exposto, somos de Parecer:

- a) Que sejam aprovados o Relatório de Gestão e as Contas do exercício findo em 31 de Dezembro de 2016;
- b) Que seja aprovada a proposta de aplicação de resultados apresentada pelo Conselho de Administração;
- c) Um voto de louvor ao Conselho de Administração e Colaboradores, pelo esforço e dedicação demonstrados no desempenho das suas funções.

Albergaria-a-Velha, 21 de Março de 2017

CONSELHO FISCAL


José Joaquim de Barros Barrota – Presidente


Manuel F. Pedrosa Rei – Vogal


Lurdes Susana Mendes Amorim – Revisor Oficial de Contas

CERTIFICAÇÃO LEGAL DAS CONTAS

RELATO SOBRE A AUDITORIA DAS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

Opinião

Auditámos as demonstrações financeiras anexas de **UNIMADEIRAS – Produção, Comércio e Exploração Florestal, S.A.**, que compreendem o balanço em 31/12/2016 (que evidencia um total de 12.972.545,27 euros e um total de capital próprio de 4.470.198,66 euros, incluindo um resultado líquido de 355.413,23 euros), a demonstração dos resultados por naturezas, a demonstração das alterações no capital próprio e a demonstração dos fluxos de caixa relativas ao ano findo naquela data, e as notas anexas às demonstrações financeiras que incluem um resumo das políticas contabilísticas significativas.

Em nossa opinião, as demonstrações financeiras anexas apresentam de forma verdadeira e apropriada, em todos os aspetos materiais, a posição financeira de **UNIMADEIRAS – Produção, Comércio e Exploração Florestal, S.A.** em 31/12/2016 o seu desempenho financeiro e fluxos de caixa relativos ao ano findo naquela data de acordo com as Normas de Contabilidade e Relato Financeiro adotadas em Portugal através do Sistema de Normalização Contabilística.

Bases para a opinião

A nossa auditoria foi efetuada de acordo com as Normas Internacionais de Auditoria (ISA) e demais normas e orientações técnicas e éticas da Ordem dos Revisores Oficiais de Contas. As nossas responsabilidades nos termos dessas normas estão descritas na secção "Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras" abaixo. Somos independentes da Entidade nos termos da lei e cumprimos os demais requisitos éticos nos termos do código de ética da Ordem dos Revisores Oficiais de Contas.

Estamos convictos de que a prova de auditoria que obtivemos é suficiente e apropriada para proporcionar uma base para a nossa opinião.

Responsabilidades do órgão de gestão e do órgão de fiscalização pelas demonstrações financeiras

O órgão de gestão é responsável pela:

- preparação de demonstrações financeiras que apresentem de forma verdadeira e apropriada a posição financeira, o desempenho financeiro e os fluxos de caixa da Entidade de acordo com



1/3

as Normas de Contabilidade e Relatório Financeiro adotadas em Portugal através do Sistema de Normalização Contabilística.

- elaboração do relatório de gestão nos termos legais e regulamentares aplicáveis;
- criação e manutenção de um sistema de controlo interno apropriado para permitir a preparação de demonstrações financeiras isentas de distorção material devido a fraude ou erro;
- adoção de políticas e critérios contabilísticos adequados nas circunstâncias; e
- avaliação da capacidade da Entidade de se manter em continuidade, divulgando, quando aplicável, as matérias que possam suscitar dúvidas significativas sobre a continuidade das atividades.

O órgão de fiscalização é responsável pela supervisão do processo de preparação e divulgação da informação financeira da Entidade.

Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras

A nossa responsabilidade consiste em obter segurança razoável sobre se as demonstrações financeiras como um todo estão isentas de distorções materiais devido a fraude ou erro, e emitir um relatório onde conste a nossa opinião. Segurança razoável é um nível elevado de segurança, mas não é uma garantia de que uma auditoria executada de acordo com as ISA detetará sempre uma distorção material quando exista. As distorções podem ter origem em fraude ou erro e são consideradas materiais se, isoladas ou conjuntamente, se possa razoavelmente esperar que influenciem decisões económicas dos utilizadores tomadas com base nessas demonstrações financeiras.

Como parte de uma auditoria de acordo com as ISA, fazemos julgamentos profissionais e mantemos ceticismo profissional durante a auditoria e também:

- identificamos e avaliamos os riscos de distorção material das demonstrações financeiras, devido a fraude ou a erro, concebemos e executamos procedimentos de auditoria que respondem a esses riscos, e obtemos prova de auditoria que seja suficiente e apropriada para proporcionar uma base para a nossa opinião. O risco de não detetar uma distorção material devido a fraude é maior do que o risco de não detetar uma distorção material devido a erro, dado que a fraude pode envolver conluio, falsificação, omissões intencionais, falsas declarações ou sobreposição ao controlo interno;
- obtemos uma compreensão do controlo interno relevante para a auditoria com o objetivo de conceber procedimentos de auditoria que sejam apropriados nas circunstâncias, mas não para expressar uma opinião sobre a eficácia do controlo interno da Entidade;

2/3

- avaliamos a adequação das políticas contabilísticas usadas e a razoabilidade das estimativas contabilísticas e respetivas divulgações feitas pelo órgão de gestão;
- concluímos sobre a apropriação do uso, pelo órgão de gestão, do pressuposto da continuidade e, com base na prova de auditoria obtida, se existe qualquer incerteza material relacionada com acontecimentos ou condições que possam suscitar dúvidas significativas sobre a capacidade da Entidade para dar continuidade às suas atividades. Se concluímos que existe uma incerteza material, devemos chamar a atenção no nosso relatório para as divulgações relacionadas incluídas nas demonstrações financeiras ou, caso essas divulgações não sejam adequadas, modificar a nossa opinião. As nossas conclusões são baseadas na prova de auditoria obtida até à data do nosso relatório. Porém, acontecimentos ou condições futuras podem levar a que a Entidade descontinue as suas atividades;
- avaliamos a apresentação, estrutura e conteúdo global das demonstrações financeiras, incluindo as divulgações, e se essas demonstrações financeiras representam as transações e acontecimentos subjacentes de forma a atingir uma apresentação apropriada;
- comunicamos com os encarregados da governação, entre outros assuntos, o âmbito e o calendário planeado da auditoria, e as conclusões significativas da auditoria incluindo qualquer deficiência significativa de controlo interno identificado durante a auditoria.

A nossa responsabilidade inclui ainda a verificação da concordância da informação constante do relatório de gestão com as demonstrações financeiras.

RELATO SOBRE OUTROS REQUISITOS LEGAIS E REGULAMENTARES

Sobre o relatório de gestão

Dando cumprimento ao artigo 451.º, n.º 3, al. e) do Código das Sociedades Comerciais, somos de parecer que o relatório de gestão foi preparado de acordo com os requisitos legais e regulamentares aplicáveis em vigor, a informação nele constante é concordante com as demonstrações financeiras auditadas e, tendo em conta o conhecimento e apreciação sobre a Entidade, não identificámos incorreções materiais.

Gondomar, 21 de Março de 2017



Lurdes Susana Mendes Amorim
Revisor Oficial de Contas n.º 1671

33

**A Floresta é um bem precioso
que temos de saber cuidar.**

